



Recife - PE, 04 de maio de 2026.

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO E COMPRAS – GLC
Comissão Permanente de Licitação

Pregão Eletrônico nº 023CPL/2026 UASG: 928333		Data de Abertura das Propostas: 18/05/2026 às 9h na página https://www.gov.br/compras/pt-br		
Objeto				
Contratação para aquisição e instalação de equipamentos e software de controle de acesso com mecanismo de catracas com reconhecimento facial, para o SENAC Sede – Prédio José Anchieta Alves, visando aumentar a segurança de alunos e funcionários da unidade, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.				
Registro de Preços?	Visita técnica?	Instrumento Contratual	Forma de Adjudicação	Modo de Disputa
NÃO	NÃO	Contrato	Por Lote	Aberto e fechado
Licitação Exclusiva ME/EPP?	Reserva Cota ME/EPP?	Ampla Concorrência?	Exige Amostra?	
NÃO	NÃO	SIM	PODERÁ SER SOLICITADA	
Prazo para envio da proposta/documentação				
Até 24 horas após a convocação realizada pelo pregoeiro.				
Pedidos de Esclarecimento		Impugnações		
Até 03 (três) dias antes da data fixada para a abertura do certame, ou seja, até 13/05/2026.		Até 03 (três) dias antes da data fixada para a abertura do certame, ou seja, até 13/05/2026.		
Observações Gerais				
<p>1. Os prazos para o envio de pedidos de esclarecimento ou impugnações poderão ser alterados, caso a data de abertura da licitação seja modificada.</p> <p>2. Com relação à nomenclatura do item, esclarecemos que o portal de compras possui descritivos que não cabem alteração. Assim, selecionamos um item genérico para representar o(s) item(ns). Ressaltamos que, as licitantes devem considerar o descritivo técnico do(s) item(ns) constante(s) no edital para orçar seus preços.</p> <p>3. Demais informações devem ser consultadas no Edital e seus Anexos.</p>				
Informações para Contato:				
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC/PE - Departamento Regional de Pernambuco; endereço: Avenida Visconde de Suassuna, nº 500 – Bairro: Santo Amaro, CEP: 50050-540 – Recife/PE, Telefone: (81) 3413-6654 / 3413-6613 // E-mail: licitacao@pe.senac.br .				

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026

O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC, Administração Regional de Pernambuco - torna público que no dia **18 de maio de 2026, às 09:00 horas**, será realizada, a Sessão Pública de Lances, via internet, no endereço eletrônico **<https://www.gov.br/compras/pt-br>**, sob o nome **SENAC – Departamento Regional em Pernambuco**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 023/2026**, do tipo **MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE**.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A presente licitação será regida pela Resolução Senac nº 1.270, de 02.05.2024, e se processará obedecendo aos termos estabelecidos neste edital.

1.2 A documentação exigida neste Pregão, deverá ser apresentada em original, por qualquer cópia autenticada por tabelião de notas ou publicação em órgão de imprensa oficial, ou ainda por cópia de documento autenticado pela Comissão de Licitação/pelo(a) Pregoeiro(a), à vista do respectivo original, não sendo aceita cópia ilegível.

1.3 Integram este Edital, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

Anexo I	Termo de Referência;
Anexo II	Modelo da Proposta Ajustada;
Anexo III	Declaração de Indicação do Responsável Técnico
Anexo IV	Plantas Unidades – Link Anexos - Controle de Acesso
Anexo V	Termo de Compromisso Futuro de Contratação
Anexo VI	Minuta do Contrato

1.5 PRAZO PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:

À partir de 08 horas do dia 06/05/2026 até as 09 horas do dia 18/05/2026 (Horário de Brasília).

1.6 DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:

Às 09 horas do dia 18/05/2026 (Horário de Brasília).

1.7 DATA DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES:

Às 09 horas do dia 18/05/2026 (Horário de Brasília).

1.8 CÓDIGO UASG: 928333

2. DO OBJETO

2.1 Constitui objeto do presente edital a contratação para aquisição e instalação de equipamentos e software de controle de acesso, com mecanismo de catracas com reconhecimento facial, para o SENAC Sede – Prédio José Anchieta Alves, visando aumentar a segurança de alunos e funcionários da unidade, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.

2.2 Natureza: EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - LICENÇA DE USO

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Somente poderão participar desta licitação pessoas jurídicas que estejam legalmente estabelecidas no País.

3.2 A participação na presente licitação implica aceitação integral e irretratável dos termos e condições deste instrumento convocatório, dos seus anexos e das normas técnicas gerais ou especiais pertinentes ao objeto desta licitação.

3.3 Estarão impedidas de participar desta licitação empresas que:

a) Estejam sob decretação de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;

b) Estejam suspensas de licitar ou impedidas de contratar com o SENAC;

c) Tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública.

3.4 Empresa consorciada não poderá participar, nesta mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1 O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória pregão eletrônico.

4.2 Somente poderão participar deste pregão eletrônico as licitantes previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela SLTI – (Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal), por meio do site: www.gov.br/compras.

4.3 O cadastramento dar-se-á pela atribuição de chaves de identificação e de senhas individuais fornecidas pela SLTI – (Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal), cabendo à licitante a responsabilidade de informar-se a respeito do funcionamento do SICAF, para a correta utilização.

4.4 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Senac-PE responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

4.5 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.6 O Senac-PE não é unidade cadastradora. As licitantes interessadas em participar da licitação deverão verificar no site do Portal de Compras do Governo Federal as unidades cadastradoras do sistema para a entrega da documentação pertinente.

4.7 O credenciamento implica a responsabilidade legal da licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

5. CONEXÃO COM O SISTEMA

5.1 A participação no pregão dar-se-á por meio da conexão da licitante com o sistema eletrônico acima citado, pela digitação de sua senha (nos termos do item 4 deste Edital) e o subsequente encaminhamento dos documentos de habilitação e proposta comercial inicial, exclusivamente, por meio do referido sistema eletrônico, observadas datas e horários limites estabelecidos neste Edital.

5.2 A empresa licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta e seus lances.

5.3 Caberá, ainda, à licitante, acompanhar o andamento do pregão, observando as informações fornecidas pelo sistema eletrônico, ficando a mesma responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens ali inseridas durante a sessão pública, ou de sua desconexão.

5.4 No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.4.1 O pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

5.4.2 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes, no site www.gov.br/compras, divulgando data e hora de reabertura da sessão.

5.5 O Senac-PE não se responsabilizará por quaisquer manifestações não recebidas em tempo hábil, em qualquer etapa do presente processo, em função de problemas oriundos do sistema operacional.

5.6 O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências constantes neste edital e seus anexos.

6. PROPOSTA COMERCIAL: Para fins de julgamento considerar-se-á a proposta comercial de duas formas, não excludentes entre si:

a) **PROPOSTA ELETRÔNICA:** Proposta comercial de valor unitário do item enviada por todos os licitantes, através do Sistema de Comprasnet conforme subitem 6.1 deste Edital.

b) **PROPOSTA AJUSTADA:** Proposta comercial detalhada enviada pelo licitante arrematante, conforme item nº 6.2 deste edital.

6.1 DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1.1 As propostas deverão ser formuladas e encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio.

6.1.2. As propostas deverão consignar no(s) campo(s) apropriado(s) do sistema o(s) preço(s) unitário(s), expressos em reais, incluindo todos os impostos, taxas, fretes, e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais.

6.1.3. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema.

6.1.4. No caso do(s) lote(s)(grupo(s)) os interessados deverão cotar **todos os itens**, sob pena de desclassificação.

6.1.4.1 Informar no sistema os valores unitários de cada item dos lotes (grupos).

6.1.5 A proposta poderá ainda especificar, quando cabíveis, nos campos apropriados do sistema: marca, modelo, fabricante, validade, garantia e demais referências que identifiquem o produto cotado.

6.1.6 No campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” podem ser incluídas todas as informações necessárias ao perfeito detalhamento do objeto e, ainda, as seguintes informações relativas à proposta, cuja omissão e/ou contrariedade implica a aceitação dos prazos indicados no Termo de Referência.

a) A licitante deverá observar que no LOTE ÚNICO, os produtos devem ser das marcas indicadas no edital, conforme os termos da justificativa constante no Termo de Referência. Caso a licitante ofereça produto de marca diferente da solicitada, será desclassificada no certame.

6.1.7 Serão desclassificadas as propostas que comprovadamente cotarem objeto diverso daquele requerido nesta licitação, que deixarem de cotar todos os itens, que compõem os lotes (grupos), ou as que desatendam às exigências deste edital.

6.1.8 O valor proposto no sistema, englobará todas as despesas relativas ao objeto da (o) Contrato, tais como frete, transporte, mão de obra, embalagens, carga e descarga, deslocamentos de pessoal, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e ainda quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir direta e/ou indiretamente sobre o objeto desta licitação.

6.1.9. O licitante, no ato de envio de suas propostas, deve declarar, em campo próprio do sistema, que:

6.1.9.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, cumpre plenamente os requisitos de habilitação, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.1.9.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.1.9.3 não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.1.9.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

6.1.9.5. inexistente fato superveniente que o impeça de participar do certame;

6.1.9.6. atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.

6.1.10. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

6.1.11 Em nenhuma hipótese será admitida a identificação da licitante, sob pena de desclassificação.

6.1.12 A licitante não poderá alterar o produto ofertado na proposta encaminhada por meio do sistema eletrônico, ou seja, uma vez informados a marca, modelo e linha, estes dois últimos, se houver, não poderá indicar outro produto na proposta comercial ajustada, com marca, modelo e linha diversos daqueles já indicados em sua proposta eletrônica.

6.2 DA PROPOSTA COMERCIAL AJUSTADA: A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a **PROPOSTA COMERCIAL** ajustada ao último lance, preferencialmente em papel timbrado da empresa licitante, emendas ou rasuras e redigida com clareza em língua portuguesa, datada e devidamente assinada por seu representante legal (Modelo de Proposta Ajustada sugerido no **Anexo II**), através de campo próprio disponibilizado no portal, no **prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da solicitação do pregoeiro.**

6.2.1 A comprovação de delegação de poderes também deve ser encaminhada, seja procuração pública ou privada ou documento equivalente, juntamente com o documento de identificação do representante, através da apresentação da Cédula de identidade, Carteira Nacional de Habilitação ou Identidade Profissional (CREA, CRC, OAB, entre outros) através do original ou cópia autenticada em cartório.

6.2.1.1 Não será admitida a procuração genérica, devendo ser discriminados os poderes específicos para a participação em licitações promovidas pelas entidades paraestatais, que integram os Serviços Sociais Autônomos, englobando a prática de todos os atos inerentes ao certame.

6.2.2 Caso julgue necessário, o(a) pregoeiro(a) poderá solicitar diligência para a devida confirmação de identidade e/ou dos poderes para representatividade legal do assinante da proposta mediante solicitação de envio de documentos identificação e/ou de designação ou de outros documentos, por e-mail.

6.2.3. Junto a proposta comercial deverá ser encaminhada a documentação de HABILITAÇÃO, disposta no item 7 deste Edital.

6.2.4 A licitante declarada arrematante será desclassificada caso não envie a proposta comercial no prazo estabelecido no edital.

6.2.5. INFORMAÇÕES QUE DEVERÃO ESTAR CONTIDAS NA PROPOSTA AJUSTADA:

6.2.5.1 PREÇOS DOS PRODUTOS: preço unitário e total de cada item do lote, cujo valor global (o somatório do resultado do produto das multiplicações: preço unitário do item que compõe o lote x quantidade de unidades de fornecimento dos itens) não poderá ser superior àquele arrematado na sessão pública de lances, em algarismo e por extenso, em moeda nacional, com até 02 (duas) casas decimais.

6.2.5.1.1 Existindo discrepância entre os preços unitário e total, prevalecerão os unitários e, havendo discordância entre os preços em algarismos e por extenso, prevalecerá este último.

6.2.5.1.2 A licitante deverá ofertar preço para todos os itens do lote que tem interesse em participar. A ausência de oferta de preço de quaisquer dos itens do lote ofertado implicará na desclassificação de sua proposta com relação ao respectivo lote

6.2.5.1.3 Se for ofertado mesmo produto (marca e modelo) para itens diferentes, não serão aceitos valores diferentes.

6.2.5.2 ESPECIFICAÇÃO COMPLETA DOS PRODUTOS: Na proposta deverá constar a descrição completa do(s) item(ns) arrematado(s), que atenda a todas as características exigidas no **Anexo I** deste edital, **mencionando o nome da fabricante/marca, modelo e linha dos produtos ofertados**, estes dois últimos se houver assim como oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

6.2.5.2.1 A proposta deverá obedecer aos termos do Edital e seus Anexos, porém, será aceita oferta de qualquer componente de especificação diferente da solicitada, desde que a qualidade do produto ofertado seja comprovadamente igual ou supere, individualmente, a qualidade, o desempenho, a operacionalidade ou a facilidade no manuseio do originalmente especificado – conforme o caso; desde que não cause, direta ou indiretamente, incompatibilidade com qualquer das demais especificações, ou desvantagem nestes mesmos atributos dos demais componentes ofertados.

6.2.5.2.2 A proposta de preço deverá conter a descrição dos materiais, observando que no LOTE ÚNICO, os produtos devem ser das marcas indicadas no edital, conforme os termos da justificativa constante no Termo de Referência. Caso a licitante ofereça produto de marca diferente da solicitada, será desclassificada no certame.

6.2.5.3 PRAZO E LOCAL DE ENTREGA: Os equipamentos de controle de acesso e os demais itens deste TR, devem entregues e estar em pleno funcionamento no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados partir da emissão/recebimento da Autorização de fornecimento/Requisição/Pedido de Compra sem custo adicional, no SENAC-Sede, localizado na Avenida Visconde de Suassuna, nº 500, Santo Amaro, Recife/PE, CEP: 5050-540. De segunda a sexta-feira, **das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas**.

6.2.5.3.1 Compete à empresa CONTRATADA efetuar a entrega dos equipamentos de acordo com as condições e prazos propostos, bem como efetuar a substituição daquele que apresentar defeito de fabricação ou baixa qualidade, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir de notificação por parte da contratante. Os equipamentos deverão vir acompanhados de nota fiscal, e dos certificados de garantia, fornecidos pelo fabricante. Serão recusados os materiais que apresentarem defeitos ou cujas especificações não atendam às descrições dos objetos licitados.

6.2.5.3.1.1 Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, o contratante poderá exigir, alternativamente e à sua escolha, a substituição do produto, a restituição imediata da quantia paga, o abatimento proporcional do preço, bem como aplicar as demais hipóteses estabelecidas no art. 18 do Código de Defesa do Consumidor.

6.2.5.3.2 No caso de diferença de quantidade, fica o fornecedor obrigado a providenciar sua complementação no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da notificação a ser expedida, sob pena de incidência nas sanções da norma pertinente.

6.2.5.3.3 A empresa vencedora do certame deverá atender a todas as normas de segurança, responsabilizando-se exclusivamente, civil e criminalmente por todos e quaisquer eventos que ocorrerem no local de entrega informado.

6.2.5.3.4 Serão de responsabilidade da Contratada o transporte, carga e descarga dos materiais, sem qualquer custo adicional para o SENAC/PE.

6.2.5.4 VALIDADE DA PROPOSTA: A proposta deverá ter prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da abertura das propostas. Caso este prazo não seja indicado, o mesmo fica subentendido.

6.2.5.5 Desejável informar os dados do representante legal da empresa que assinará o **contrato** e indicar o banco, agência e conta corrente onde, caso a empresa licitante seja declarada vencedora, será efetuado o crédito referente à entrega dos materiais, objeto desta licitação, desde que os mesmos atendam às especificações constantes no Anexo I do edital.

6.2.6. A proposta deverá englobar todas as despesas que incidem sobre o objeto licitado, tais como frete, taxas, transporte, mão de obra, deslocamentos de pessoal, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o fornecimento, abrangendo, assim, todos os custos necessários à execução do objeto e a manutenção destas condições durante a vigência do Contrato.

6.2.6.1 Na omissão destes dados, será considerado que os mesmos já constam dos citados valores.

6.2.7. Prazo de Garantia: Os produtos deverão ter garantia por prazo não inferior a **36 (trinta e seis) meses**, a partir da data de emissão da Nota Fiscal.

6.2.7.1 Durante o prazo de vigência da garantia, a empresa vencedora do certame se obriga a prestar assistência técnica apenas no caso de defeito dos produtos. Caso necessário, deve-se substituir as peças que apresentarem defeitos de fabricação, ou vícios decorrentes da montagem do objeto, em até 30 (trinta) dias úteis a contar do recebimento de comunicação escrita emitida pela Contratante.

6.2.7.1.1 Este prazo poderá ser alterado mediante a formalização de uma justificativa da contratada, desde que em acordo e com a devida aprovação do contratante;

6.2.7.2 Durante o prazo de garantia será substituída, sem ônus para o contratante, a parte ou peça defeituosa, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos.

6.2.7.3 Não será coberto pela garantia, produtos que foram danificados por motivo de queda, expostos a produtos químicos ou água (caso não possua o índice de proteção “IP” adequado), mau uso, vandalismo ou em caso de danos por fatores de desastres naturais;

6.2.7.4 A CONTRATADA deverá entregar os certificados de garantia, fornecidos pelo fabricante, juntamente com a nota fiscal, no ato da entrega dos equipamentos.

6.2.8 Da Assistência Técnica: A garantia/assistência técnica dos produtos será on-site durante os 36 (trinta e seis) meses.

6.2.8.1 A contratada deverá oferecer atendimento para a abertura de chamado 24 x 7 - 24 horas por dia 7 dias na semana;

6.2.8.2 A contratada deverá oferecer atendimento “on-site” em dias úteis e horário comercial, das 08:00h às 18:00h, no tempo máximo de 03 (três) dias úteis e solução em 05 (cinco) dias úteis, o tempo de atendimento será contado a partir da abertura do chamado e o tempo de solução será contado a partir do início do atendimento. Caso a Contratada não termine o reparo do equipamento no prazo estabelecido, e a critério do Contratante, a Contratada deverá substituí-lo no prazo de 48 (quarenta e oito) horas por outro, com características e capacidades iguais ou superiores.

6.2.8.3 A contratada deverá possuir, preferencialmente, Central de Atendimento tipo (0800) para abertura dos chamados ou outro meio de comunicação de disponibilidade imediata, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando a descrição do problema;

6.2.8.4 Os registros dos chamados deverão conter todas as informações relativas ao defeito apresentado pelo equipamento, sendo estas informações previamente coletadas pela contratante;

6.2.9 A omissão na proposta de preço, dos prazos indicados nos subitens 6.2.7 e **6.2.5.3** não implicarão na desclassificação da proposta, mas na aceitação tácita dos prazos indicados nesses subitens.

6.2.10 Os produtos a serem fornecidos deverão ter em sua embalagem a indicação de marcas, estando devidamente identificados com o rótulo impresso de acordo com a legislação vigente, caso necessário; e em conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência.

6.2.10.1 Na embalagem dos materiais/produtos deve constar informação, em língua portuguesa sobre o fabricante, importador e origem (se produto importado), composição, condições de armazenagem, data de fabricação, prazo de validade e se apresenta algum risco ao consumidor.

6.2.11 As empresas deverão concorrer com seus produtos que mais se adequem às especificações técnicas descritas no **Anexo I**. Variações nas medidas e critérios de similaridade serão avaliados pelo corpo técnico do SENAC-PE, antes da homologação do resultado.

6.2.12 Eventualmente, o Senac poderá solicitar uma visita às dependências da empresa licitante para averiguar *in loco* o produto escolhido pela mesma para participar da licitação, bem como, pedir amostra para avaliação por parte do seu corpo técnico.

6.2.13 Se na proposta a especificação estiver incompleta, esta será considerada igual à exigida no presente edital, obrigando-se o proponente à entrega de produto que atenda em plenitude às condições do **Anexo I do Edital**.

6.2.14 É vedado à empresa licitante retirar a sua proposta após a abertura da sessão do presente Pregão.

6.2.15 Não se considerará como critério de classificação e nem de desempate das propostas qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.

6.2.16 As propostas apresentadas em desacordo com as condições e especificações constantes desta licitação e ainda as que apresentem preços simbólicos, irrisórios ou excessivos, incompatíveis com os preços de mercado, serão desclassificadas.

6.2.17 Serão desclassificadas ainda as propostas omissas ou vagas, bem como as que apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento ou que imponham condições ou ressalvas em relação às condições estabelecidas neste edital.

6.2.18 Se a licitante for desclassificada em qualquer um dos itens que compõe o Lote, será desclassificada no respectivo Lote em sua totalidade.

6.2.19 INFORMAÇÕES SOBRE AS CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.2.19.1 A disponibilização dos projetos não isenta a empresa CONTRATADA de conferir in loco, todos os pontos de instalação indicados antes da realização dos serviços;

6.2.19.2 A instalação deverá observar o Diagrama 01 – Locais de instalação das catracas contido no Anexo III - Fotos e Diagramas;

6.2.19.3 As plantas das Unidades/ambientes estarão disponíveis, gratuitamente, em arquivos formato PDF/DWH, no portal do Senac-PE <http://www.pe.senac.br>, acessando o link <https://intranet.pe.senac.br/dr/qualifica/planta-anchieta.zip> ou ainda na página de Licitações, podendo ser retirado no setor de licitações da ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC PE, situada na Av. Visconde de Suassuna, nº 500, Ed. Pelópidas Soares, 2º andar, no bairro de Santo Amaro, Recife/PE, a partir de envio por email.

6.3 PRAZO DE VIGÊNCIA

6.3.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

6.3.2 Os contratos poderão ser acrescidos em até 50% do valor global atualizado do contrato, mediante justificativa e termo aditivo.

6.3.3 As supressões poderão ser realizadas nos limites estabelecidos na Resolução Senac 1270/2024.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, podendo os licitantes deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do referido Sistema de Cadastramento.

7.2. As documentações exigidas relativas à habilitação das empresas participantes se referem à jurisdição local do domicílio ou da sede do licitante e deverão estar atualizadas.

7.3 Todos os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante e com o número do CNPJ e endereço respectivo. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz.

7.4 Os documentos de habilitação que deverão ser inseridos no sistema Comprasnet, concomitantemente com as propostas, de acordo com os termos estabelecidos neste edital, são os abaixo relacionados:

7.4.1 Habilitação Jurídica

a) Registro Comercial, no caso de empresário individual;

- b) Ato constitutivo e suas últimas alterações ou Alteração Contratual com sua respectiva Consolidação Contratual, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado da sede da licitante;
- c) Ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, na hipótese de terem sido nomeados ou eleitos em separado.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Tratando-se de sociedade civil, o ato constitutivo deverá estar inscrito no órgão de classe e acompanhado de prova da diretoria em exercício.

7.4.2 Qualificação Técnica

7.4.2.1 COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL: Comprovação de aptidão da empresa licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, que será feita mediante a apresentação de Atestado ou Certidão fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, por execução de serviço já concluído, de características semelhantes às do objeto deste Edital.

7.4.2.1.1 Entende-se por características semelhantes e compatíveis com o objeto, que sejam de acordo com o fornecimento e instalação de equipamentos de controle de acesso, com mecanismo de catracas com reconhecimento facial.

7.4.2.1.2 Declaração de Indicação do(s) Responsável(is) Técnico(s) pela execução do objeto da licitação, indicando pelo menos, um(a) 01 (um) profissional técnico em eletrotécnica, eletrônica ou redes de computadores, devendo ser o(s) mesmo(s) profissional(is) que consta(m) dos documentos de capacidade técnica.

7.4.2.1.3 Comprovação de vínculo entre o **profissional (Responsável Técnico)** com a empresa de uma ou mais das maneiras abaixo:

- a) Se Sócio: cópia do contrato/estatuto social da empresa;
- b) Se Funcionário: cópia da Carteira Profissional – CTPS;
- c) Se Prestador de Serviços: cópia do Contrato de Prestação de Serviços;
- d) Se compromisso futuro de contratação: cópia do Termo de Compromisso Futuro.

7.4.2.2 Os atestados deverão conter a identificação dos seus subscritores, em papel timbrado da pessoa jurídica que os emitiu, com telefones para contato e devem indicar os serviços prestados/bens fornecidos pela licitante e o período de realização/fornecimento.

7.4.2.2.1 Os atestados de capacidade técnica deverão conter ainda os seguintes dados: data de início e término dos serviços; local de execução; nome da contratante e da pessoa jurídica contratada; nome do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número de registro dos conselhos profissionais, bem como as especificações técnicas dos serviços e quantitativos executados.

7.4.2.3 CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL:

7.4.2.3.1 Para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional, a empresa licitante poderá apresentar tantos atestados quantos julgar necessário.

7.4.2.3.2 Apresentação de comprovação da formação técnica exigida deverá ser em uma das 03 (três) modalidades de Técnico em Eletrotécnica, eletrônica ou redes de computadores. E, só será aceita com certificado de conclusão ou declaração da instituição de ensino como forma de comprovação do responsável técnico.

7.4.3 Regularidade Fiscal

- a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, este último se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova da regularidade para com a Fazenda Federal por meio da apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive Contribuições Previdenciárias**, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

d) Prova de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Estadual que **comprove a inexistência de débitos com o ICMS**, não inscritos na dívida ativa, exceto quando a legislação do Estado, para fins de licitação, dispor de forma diferente, podendo ser apresentada certidão que tenha sido expedida de forma genérica abarcando todos os tributos, ou ainda de forma específica, desde que contemplado o referenciado tributo;

d) Prova de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Municipal, **através de Certidão que comprove a inexistência de débitos com o ISSQN, não inscritos na dívida ativa**, exceto quando a legislação do Município, para fins de licitação, dispor de forma diferente, podendo ser apresentada certidão que tenha sido expedida de forma genérica abarcando todos os tributos, ou ainda de forma específica, desde que contemplado o referenciado tributo.

f) Prova de regularidade perante o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), comprovado por meio do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF**.

7.5. NA REGULARIDADE FISCAL DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SERÃO OBSERVADOS OS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

7.5.1 DA REGULARIDADE FISCAL TARDIA: As microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), por ocasião da participação nesta licitação, **deverão apresentar toda a documentação exigida** para efeito de comprovação da regularidade fiscal, **mesmo que haja alguma restrição (certidão vencida)**, atendendo ao que determina o art. 43 da Lei Complementar 123/2006.

7.5.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado a ME e / ou EPP o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, objetivando a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de negativa.

7.5.2.1 A prorrogação do prazo previsto no subitem 7.5.2 poderá ser concedida, a critério do Senac-PE, mediante apresentação de justificativa.

7.5.3 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 7.5.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

7.6. No caso de apresentação de certidão Estadual e/ou Municipal relativa exclusivamente aos débitos inscritos em dívida ativa, caberá ao licitante comprovar a validade deste documento, de acordo com a legislação respectiva do Estado ou Município.

7.7. Caso a (s) certidão (ões) expedida (s) pela (s) fazenda (s) federal, estadual, municipal, seja (m) POSITIVA (S), o SENAC se reserva o direito de só aceitá-la (s) se a (s) mesma (s) contiver (em) expressamente o efeito de NEGATIVA, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional, passado pelo seu emitente.

7.8. Caso a empresa esteja dispensada por lei de qualquer dos documentos exigidos por este instrumento, deverá apresentar declaração devidamente fundamentada nesse sentido.

7.9. A documentação exigida neste Pregão, deverá ser apresentada em original, por qualquer cópia autenticada por tabelião de notas ou publicação em órgão de imprensa oficial, ou ainda por cópia de documento autenticado pelo(a) Pregoeiro(a), à vista do respectivo original, não sendo aceita cópia ilegível. Documentos obtidos por meio da Internet não necessitam ser autenticados em cartório, desde que a sua veracidade possa ser confirmada também pela Internet.

7.10. Os documentos que poderão ser obtidos via Internet não necessitam de autenticação em cartório e estarão sujeitos a conferência na página eletrônica do órgão emissor para verificação da autenticidade e validade. A CPL comprovará, através de consulta, no site próprio, a regularidade fiscal da empresa interessada na licitação, e, em caso de não apresentação de documentos, os mesmos poderão ser obtidos via internet.

7.11. Caso a licitante esteja reunida em consórcio, deverá apresentar comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, do qual deverá, com clareza e precisão, constar indicação da empresa responsável pelo consórcio, que deverá atender às condições de liderança fixadas neste edital.

7.12. São condições de liderança da empresa responsável pelo consórcio: ter poderes expressos para receber citação e responder judicialmente pelas demais consorciadas e ter poderes expressos para representar o consórcio em todas as fases do presente procedimento licitatório, podendo, inclusive, interpor e desistir de recursos, firmarem o contrato e praticar todos os atos necessários.

7.13. Os consórcios indicarão o seu representante, por carta de credenciamento, com a mesma delegação de poderes a participar de procedimentos licitatórios em nome da empresa, com poderes para formular lances verbais de preços, firmar declarações, desistir ou apresentar razões de recursos, assinar a ata e praticar todos os demais atos pertinentes ao presente certame.

7.14. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

a) Apresentar os documentos exigidos nos subitens 7.4.1 ao 7.4.3 deste edital, por parte de cada consorciado.

b) Admite-se para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado.

7.15. A habilitação da contratada estrangeira poderá ser comprovada por meio da apresentação de seus atos constitutivos ou documentos similares e de documentos de habilitação técnica, dispensada a apresentação da comprovação das habilitações fiscal e econômico-financeira.

7.16. o desatendimento das exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.

7.17. É permitida a inclusão de documento complementar ou atualizado, desde que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica e seja comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentada sua proposta, que não foi juntado com os demais documentos por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pela comissão de licitação/pelo(a) pregoeiro(a).

7.18. Será considerado inabilitado o licitante que apresentar sua documentação em desacordo com o presente edital.

8. DO ENVIO DA PROPOSTA COMERCIAL AJUSTADA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 Ordenados os lances em forma crescente de preço, o pregoeiro determinará ao autor do melhor lance classificado, que entregue **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas** a proposta comercial ajustada e os documentos de habilitação a contar da divulgação solicitação em chat, **exclusivamente, via campo próprio habilitado no portal Comprasnet no momento da convocação.**

8.1.1 OS DOCUMENTOS QUE NÃO ESTEJAM CONTEMPLADOS OU REGULARES NO SICAF DEVERÃO SER REMETIDOS EM CONJUNTO COM A PROPOSTA AJUSTADA INDICADA NO ITEM 8.1, EM ARQUIVO ÚNICO, POR MEIO DA OPÇÃO “ENVIAR ANEXO” DO SISTEMA COMPRASNET, NO MESMO PRAZO ESTIPULADO NO MENCIONADO ITEM.

8.1.2 A proposta deverá ser enviada ao (à) Pregoeiro(a), preferencialmente em papel timbrado da empresa licitante, emendas ou rasuras e redigida com clareza em língua portuguesa, datada e devidamente assinada por seu representante legal, juntamente com a documentação de habilitação, com o nome da empresa classificada, o número deste Pregão e a inscrição **“PROPOSTA COMERCIAL AJUSTADA, conforme modelo sugerido no Anexo II.**

8.2 Em caso de indisponibilidade do portal, os documentos, desde que respeitados os prazos indicados no item 8.1, poderão ser encaminhados para o e-mail licitacao@pe.senac.br, indicando no campo assunto do e-mail o número deste Pregão Eletrônico.

8.3 A licitante arrematante será desclassificada caso não envie a proposta comercial e a documentação de habilitação no prazo estabelecido no Edital.

9. DOS PROCEDIMENTOS

9.1 RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

9.1.1 Para participação neste pregão eletrônico a empresa deverá estar credenciada no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, conforme o item 4 deste edital. As propostas deverão ser encaminhadas exclusivamente por meio eletrônico, utilizando a senha privativa, mencionada no item 4.3.

9.1.2 Os interessados poderão inserir propostas no sistema eletrônico no período de “Recebimento das Propostas”, conforme item 1.5.

9.1.2.1 No prazo acima assinalado os interessados poderão inserir ou substituir suas propostas iniciais dentro do sistema.

9.2 DA ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.2.1 Findo o período de recebimento das propostas eletrônicas, terá início a fase de “Abertura das Propostas”, de acordo com o horário previsto no sistema, momento no qual o(a) Pregoeiro(a) avaliará a aceitabilidade de cada uma das propostas enviadas.

9.2.2 O (a) Pregoeiro(a) analisará as PROPOSTAS DE PREÇOS encaminhadas, desclassificando aquelas que não estiverem em consonância com o estabelecido pelo presente Edital, cabendo ao pregoeiro registrar e disponibilizar a decisão no sistema eletrônico para acompanhamento em tempo real pelos licitantes.

9.2.2.1 Serão, ainda, desclassificadas as propostas que sejam omissas, vagas ou que apresentem irregularidades capazes de dificultar o julgamento, E/OU QUE IDENTIFIQUEM O LICITANTE.

9.2.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.2.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.3. DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES

9.3.1. Após a fase de “Classificação das Propostas”, o pregoeiro dará início ao processo de Pregão, passando para a fase da “Sessão Pública de Disputa de Preços”, da qual somente poderão participar os licitantes que tiverem suas propostas de preços classificadas na fase anterior.

9.3.2 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.3.3 O lance deverá ser ofertado pelo(s) valor(es) do(s) item(ns) que compõe(m) o lote (grupo). Neste caso, o sistema calculará o respectivo valor total do lote, para fins de julgamento da proposta de menor preço.

9.3.4 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.3.5 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.3.6 Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido ao Pregoeiro(a) a abertura e gerenciamento simultâneo da disputa de vários itens/ lote (grupo) da mesma licitação. Em regra, a disputa simultânea de lote (grupo) obedecerá à ordem sequencial dos mesmos. Entretanto, o Pregoeiro(a) poderá efetuar a abertura da disputa de itens/ lote (grupo) selecionados fora da ordem sequencial.

9.3.7 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **“aberto e fechado”**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

9.3.8 A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos. Encerrado este prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

9.3.9 Encerrado os prazos de que trata 9.3.8, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.3.10 Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o 9.3.9 os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

9.3.11. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 9.3.8 e 9.3.9, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

9.3.12. Na ausência de lance final e fechado classificados nos termos dos itens 9.3.8 e 9.3.9, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 9.3.9.

9.3.13 Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no item 9.3.10.

9.3.14. Encerrada a disputa e não sendo a empresa melhor classificada uma ME ou EPP, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme previsto na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006.

9.3.14.1 A identificação do PROPONENTE como Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte-EPP, será confirmada após o encerramento dos lances, no próprio sistema.

9.3.14.2 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de menor preço.

9.3.14.3 Para efeito do disposto no subitem 9.3.14.2. deste edital, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) após o encerramento dos lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, poderá, no prazo máximo de até 05 (cinco) minutos por item em situação de empate, após solicitação do Pregoeiro (via sistema), sob pena de preclusão do direito, apresentar nova proposta que seja inferior à originalmente classificada em primeiro lugar, hipótese em que, atendidas as exigências habilitatórias, será declarada vencedora da licitação;

b) não ocorrendo interesse da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma da alínea “a” deste subitem, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 9.3.14.2 deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

9.3.14.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.3.14.4.1 Não se aplica o sorteio a que se refere o subitem anterior quando, por sua natureza, o procedimento não admitir o empate real, como acontece na fase de lances do pregão, em que os lances equivalentes não são considerados iguais, sendo classificados de acordo com a ordem de apresentação pelos licitantes.

9.3.14.5 Nos lotes/itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.3.14.6 Na hipótese da não contratação nos termos previstos no **subitem 9.3.14.2** deste edital, voltará à condição de primeira classificada a empresa autora da proposta de menor preço originalmente apresentada.

9.3.14.7 O TRATAMENTO DIFERENCIADO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES (EMPATE FICTO), SOMENTE SE APLICARÁ QUANDO A PROPOSTA DE MENOR PREÇO NÃO TIVER SIDO APRESENTADA POR MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

9.3.14.8 Caso seja necessário, o(a) Pregoeiro(a) poderá converter o julgamento em diligência no sentido de solicitar à empresa a apresentação de documentos que comprovem a situação de ME ou EPP.

9.3.15. É vedada a desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se o proponente às sanções previstas neste Edital (exceto se a justificativa apresentada durante a etapa de formulação dos lances for aceita pelo(a) Pregoeiro(a)).

9.3.16 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.3.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.3.18 Havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todas as condições do edital e estando o seu preço compatível com os praticados no mercado, esta poderá ser aceita, podendo o pregoeiro negociar, visando obtenção de preço melhor.

9.3.19. Após o encerramento da etapa de lances da “Sessão Pública de Disputa de Lances”, antes de ser declarado vencedor, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço para o lote.

9.3.19.1 A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais proponentes.

9.3.20. O sistema informará a proposta de menor preço por lote imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pelo(a) Pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor valor. **Os licitantes deverão consultar regularmente o sistema eletrônico para verificar o resultado da licitação.**

9.3.21. Se algum licitante fizer um lance que esteja em desacordo com o Edital ou oferta inexecutável, o mesmo poderá ser cancelado pelo pregoeiro através do sistema. Na tela será emitido um aviso e na sequência o pregoeiro justificará o motivo da exclusão através de mensagem aos participantes.

9.3.22 Encerrado o tempo normal, o sistema enviará um aviso na tela e um letreiro intermitente que alertará sobre o encerramento da disputa.

9.3.23. No caso de não haver lances na “Sessão Pública de Lances”, serão considerados válidos os valores obtidos na fase de “Abertura das Propostas”.

9.3.24. A validade da licitação não ficará comprometida se inviabilizada a fase de lances, em razão da apresentação e/ou classificação de apenas uma proposta.

9.3.24.1 Quando houver uma única licitante ou uma única proposta válida, caberá ao(à) Pregoeiro(a) verificar a aceitabilidade do preço ofertado.

9.3.24.2 Em caso de empate de lances, o(a) Pregoeiro(a) dará preferência para a negociação de preços com a licitante que tiver enviado primeiro o lance no sistema.

9.3.24.2.1 Se as licitantes que estão empatadas enviaram seus lances em horários exatamente iguais, o(a) Pregoeiro(a) poderá propor às empresas que estão empatadas, um desempate, condicionado ao envio de um único lance, através do chat. Aquela que ofertar o menor lance, será a arrematante. O valor deste lance que desempatou o certame, será inserido, na fase de Aceitação, no campo “Valor Negociado”, com a devida justificativa.

9.4 ANÁLISE DA PROPOSTA COMERCIAL AJUSTADA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.4.1 A proposta comercial ajustada e os documentos de habilitação serão analisados pelo(a) Pregoeiro(a), para fins de verificação da conformidade com este edital e seus anexos, e será julgada de acordo com este instrumento convocatório.

9.4.2 A proposta comercial ajustada poderá ser submetida à análise do técnico responsável da área, que emitirá laudo técnico, com efeito classificatório, confirmando que as especificações estão de acordo com o solicitado no objeto deste edital.

9.4.3 A não apresentação da Proposta Ajustada, documentação de Habilitação exigidas, por parte da(s) empresa(s) classificada(s) em primeiro lugar, dentro do prazo estabelecido, ocasionará a desclassificação da(s) licitante(s) sendo convocados, por ordem de classificação, os demais participantes do processo licitatório.

9.4.4 Na hipótese de inabilitação ou de descumprimento de exigências estabelecidas neste edital e seus anexos, caberá ao(à) Pregoeiro(a) convocar o autor do segundo menor lance e, se necessário, observado a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam às exigências deste edital e seus anexos.

9.4.5 Na hipótese de inabilitação de todos os licitantes ou de desclassificação de todas as propostas, poderá ser fixado novo prazo para apresentação de documentação de habilitação ou de propostas retificadas.

10. DECLARAÇÃO DO VENCEDOR E HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

10.1 Após a análise da documentação de habilitação e julgada e proposta ajustada, será declarado o LICITANTE VENCEDOR pelo(a) Pregoeiro(a). O pregoeiro consignará esta decisão e os eventos ocorridos em ATA própria, que será disponibilizada pelo sistema eletrônico.

10.2 A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal de que tratam os subitens 7.5.2 e 7.5.2.1 do edital.

10.3 Inexistindo manifestação recursal, o pregoeiro deverá registrar o preço do licitante vencedor, devendo ainda, ao preço do primeiro colocado, serem registrados os preços de outros fornecedores, que assim optarem, com posterior homologação do resultado pela autoridade competente.

10.4 Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

10.5 Homologação da licitação e adjudicação do objeto ao licitante vencedor pela autoridade competente.

10.6 Após a homologação e adjudicação do objeto ao licitante vencedor será divulgado o resultado do certame, que estará disponível no Portal Comprasnet e no site do Senac/DR-PE (www.pe.senac.br – Licitações).

10.7 Convocação do licitante vencedor para assinatura do contrato ou documento equivalente.

11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1. Será (ão) considerada (s) vencedora (s) a (s) empresa (s) licitante (s) que:

a) apresentar (em) **o menor valor total do Lote (grupo)**, dentro das especificações constantes no **Anexo I**, desde que compatível com os preços praticados pelo mercado;

b) Atender (em) aos requisitos de habilitação;

c) Obter parecer técnico favorável, emitido pelo setor competente.

12. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

12.1 Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas, qualquer interessado poderá enviar pedido de esclarecimentos ou impugnação referente ao processo licitatório, sempre por escrito, ao (à) Pregoeiro (a), **por meio eletrônico, via Internet, através do e-mail licitacao@pe.senac.br**. As respostas serão disponibilizadas a todas as licitantes através do site www.pe.senac.br e do [Portal Comprasnet](#), até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para abertura das propostas.

12.1.1. Não realizado qualquer pedido de esclarecimento nesse prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação das propostas, não cabendo à licitante o direito a qualquer reclamação posterior.

12.2 O(a) Pregoeiro(a) decidirá sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura das propostas e, sendo acolhida, será definida e publicada nova data para realização do certame.

13. DOS RECURSOS

13.1. Encerrada a etapa de lances, os licitantes deverão consultar regularmente o sistema para verificar quem foi(ram) declarado(s) o(s) Vencedor(es) e se está liberada a opção para interposição de recursos.

13.2 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema no Comprasnet, manifestar sua intenção de recorrer no prazo de **30 (trinta) minutos**, quando lhe será concedido prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões de recurso, que será dirigido à Direção Regional do Senac, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar, automaticamente, do fim do prazo recursal, sendo-lhes assegurado vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.3 O licitante deverá encaminhar as suas razões via Sistema Comprasnet ou enviá-las para o endereço eletrônico licitacao@pe.senac.br, em nome do(a) Pregoeiro(a), no prazo estabelecido acima.

13.4 O acolhimento do recurso implicará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.5 Os recursos serão julgados pela Direção Regional ou por quem esta delegar competência, podendo o pregoeiro, se necessário, realizar instruções complementares e decidirá, motivadamente, pela manutenção ou reforma do ato recorrido, submetendo a decisão final da autoridade competente, cujo resultado será disponibilizado para todos os interessados para todos os interessados Portal Comprasnet e no site do Senac.

13.6 Não será aceita a intenção de recursos sobre assuntos meramente protelatórios.

13.7 Os recursos terão efeito suspensivo (Art. 30 do Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Senac).

13.8 O provimento de recursos pela autoridade competente importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.9 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Comissão Permanente de Licitação na Sede do Senac-PE, os quais também poderão ser disponibilizados via Internet.

14. DA CONTRATAÇÃO

14.1 A contratação será realizada após a indicação do vencedor, sendo formalizada por instrumentos hábeis, tais como: proposta com aceite, carta-contrato, autorização de fornecimento ou outro documento equivalente, nos termos do art. 31 da Resolução Senac nº 1270/2024.

14.2 A recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, cabendo ao Senac, aplicar as penalidades previstas no Artigo 39 do Regulamento de Licitações e Contratos do Senac.

14.3 Quando o convocado não assinar o contrato ou o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidas, serão convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para formalização da contratação nas condições de suas propostas, limitado ao valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, ou revogar a licitação.

14.3.1 Caso sejam convocados os licitantes remanescentes, o processo licitatório retornará para a Comissão de Licitação, que procederá com todos os procedimentos cabíveis de negociação de preços e análise de documentos, bem como posterior encaminhamento do resultado da licitação para a homologação da autoridade competente.

14.4 O **contrato** deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas e as disposições do Regulamento de Licitações e de Contratos do Senac, respondendo cada uma, pelas consequências de seu inadimplemento ou descumprimento, total ou parcial.

14.5 O não cumprimento das cláusulas pactuadas no **contrato** vinculado ao presente Pregão acarretará na sua **rescisão**, mediante expressa comunicação à parte infratora, com os efeitos previstos no artigo 40 do Regulamento de Licitações e Contratos do Senac.

14.6. Não será possível a subcontratação total do objeto deste certame.

14.7 A subcontratação parcial dependerá de pedido expresso motivado da contratada e da prévia autorização pelo Senac-PE.

14.8 É expressamente proibida a subcontratação do objeto à licitante que tenha participado do procedimento licitatório ou à empresa proibida de contratar com o Senac-PE.

15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1 O material deverá ser entregue em perfeito estado, em plenas condições de uso, e será recebido:

a) **Provisoriamente**, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação de conformidade dos produtos com as especificações;

b) **Definitivamente**, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, após a conferência, verificação das especificações, qualidade e conformidade dos produtos entregues com a proposta apresentada.

15.2 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da licitante pela veracidade das informações e pela qualidade dos produtos fornecidos, devendo a mesma, substituir, no prazo de até **30 (trinta) dias**, sem ônus adicional para o Senac-PE, qualquer produto que não atenda às especificações ou apresente defeito de fabricação ou baixa qualidade, sob pena de ser considerada inadimplente, e ficar sujeita à aplicação das penalidades previstas neste edital.

15.2.1 Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, o contratante poderá exigir, alternativamente e à sua escolha, a substituição do produto, a restituição imediata da quantia paga, o abatimento proporcional do preço, bem como aplicar as demais hipóteses estabelecidas no art. 18 do Código de Defesa do Consumidor.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 As despesas decorrentes desta aquisição serão debitadas na conta:

C.O. 90.967 – CFTV e Controle de Acesso - Implantação

17. DO PAGAMENTO

17.1 Os pagamentos serão efetuados através de depósito em conta bancária em nome da CONTRATADA, mediante atesto de funcionário do CONTRATANTE em Nota Fiscal/Fatura, após o recebimento definitivo dos produtos, nas seguintes condições:

VALOR R\$	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
Até R\$ 300.000,00	15 dias
R\$ 300.000,01 a 600.000,00	30/60 dias
Acima de 600.000,01	30/60/90 dias

17.2 A Nota Fiscal deverá conter a descrição completa dos produtos entregues, bem como os seus preços unitários e totais, e deverá estar acompanhada das certidões de Regularidade Fiscal, perante a Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

17.3. Os pagamentos sofrerão as retenções de impostos, conforme legislação vigente.

17.4. Enquanto houver pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira, em virtude de penalidade, inadimplência contratual ou se o produto apresentar avarias no ato da entrega, não será efetuado nenhum pagamento à Contratada referente à parcela inadimplida.

17.5. O pagamento da parcela inadimplida ficará retido até que seja sanada a pendência, substituído o produto avariado em decorrência de problemas na entrega, tais como: extravios, falhas, quebras, etc.

17.6. Se a contratada der causa ao atraso de pagamento será contado um novo prazo para sua efetuação, o qual consistirá no mesmo prazo antes concedido.

17.7. Nenhuma fatura poderá ser negociada com Instituições de Crédito.

17.8 A CONTRATADA, desde que enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), poderá ceder ou transferir, total ou parcialmente, os créditos decorrentes do presente Contrato/ARP a terceiros, mediante comunicação prévia à CONTRATANTE com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência da cessão pretendida, anexando documentos que comprovem seu enquadramento e atendam aos requisitos formais.

17.9 A cessão de créditos não exime a CONTRATADA de suas obrigações contratuais, permanecendo integralmente responsável pelo cumprimento das condições pactuadas, bem como pelas garantias eventualmente exigidas.

17.10 A cessão de crédito decorrente do presente Contrato não poderá, sob qualquer hipótese, gerar ônus, encargos adicionais ou quaisquer responsabilidades financeiras para o CONTRATANTE, incluindo, mas não se limitando a custos administrativos, despesas com tributos, retenções fiscais, taxas bancárias, encargos trabalhistas, previdenciários ou qualquer outro valor decorrente da operação de cessão.

17.11 A cessão de crédito não vincula o CONTRATANTE à relação jurídica existente entre a CONTRATADA e o CESSIONÁRIO, não podendo ser exigidas do CONTRATANTE quaisquer obrigações ou responsabilidades decorrentes de eventual inadimplemento ou litígio entre as partes envolvidas na cessão.

17.12 A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar a cessão caso a empresa cessionária não atenda aos requisitos de idoneidade jurídica e fiscal, nos termos da legislação vigente.

17.13 A cessão de crédito que não atender às disposições constantes dos itens 17.8 a 17.12 será considerada nula e sem efeito perante o CONTRATANTE, não sendo reconhecida para quaisquer fins, isentando o CONTRATANTE de qualquer responsabilidade ou obrigação de pagamento ao cessionário.

18. DAS PENALIDADES

18.1. Para a aplicação das penalidades, deverão ser observadas as disposições previstas no item 6.10 e respectivos subitens da Instrução Normativa nº 001/07, que trata dos procedimentos de compras e contratações no âmbito do Senac/PE, e nos artigos 39, 40 e 41 da Resolução nº 1270/2024, que regulamenta as licitações e contratos do Senac.

18.2. A empresa vencedora que convocada, dentro do prazo estabelecido, para assinar o **contrato** e, injustificadamente, não o fizer, poderá ser aplicada, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados:

- a) Perda do direito à contratação;
- b) Perda da caução em dinheiro ou execução das demais garantias de propostas oferecidas, se for o caso, sem prejuízo de outras penalidades previstas no edital;
- c) Suspensão do direito de licitar ou contratar com o contratante, por prazo não superior a 3 (três anos).

18.3. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

OCORRÊNCIA	PENALIDADE
a) Quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na Ata de Registro de Preços ou no contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos ao SENAC/PE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.	Advertência escrita.
b) Pela reincidência do mesmo motivo que originou a aplicação da penalidade "Advertência".	Multa de 1% (um por cento) sobre o valor da obrigação em atraso.
c) Pelo retardamento injustificado na entrega dos produtos/materiais.	Multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor da obrigação em atraso, por dia de mora, até o vigésimo dia de atraso.
d) Pelo retardamento injustificado na entrega dos produtos/materiais, a partir do vigésimo dia de atraso.	Após o vigésimo dia de atraso, essa multa será de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia de mora. Assim, do vigésimo primeiro dia de atraso em diante, essa multa será acrescida ao valor da multa já calculada até os vinte dias de atraso, com a aplicação do percentual estabelecido na alínea "c". Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, o SENAC/PE poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão do contrato , combinada com a pena de suspensão de licitar ou contratar com o SENAC/PE pelo prazo de 01 (um) ano.
e) Pela não substituição do produto/material entregue em qualidade inferior à aprovada pelo SENAC/PE, com defeitos ou incorreções, dentro do prazo estabelecido.	Multa de 1% (um por cento) sobre o valor da obrigação em atraso.
f) Pela reincidência por mais de 01 (uma) vez no retardamento injustificado na entrega dos produtos/materiais.	Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da obrigação em atraso. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, o SENAC/PE poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão do contrato , combinada com a pena de suspensão de licitar ou contratar com o SENAC/PE pelo prazo de 03 (três) anos.
g) No caso de inadimplemento total das obrigações.	Rescisão do contrato e suspensão do direito de licitar ou contratar com o SENAC/PE pelo prazo de 03 (três) anos.
h) No caso da ocorrência de outras falhas, que não as mencionadas acima, durante a execução do Contrato	Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contratação.
i) Não manter as condições de habilitação durante a execução do Contrato	Se após a notificação permanecer a irregularidade por 30 dias, poderá ser rescindido o contrato .

18.4. As penalidades acima poderão ser aplicadas cumulativamente, sem prejuízo de demais medidas judiciais cabíveis, no entanto as multas não poderão exceder a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

18.5. As multas deverão ser recolhidas dentro do prazo de 10 (dez) dias da data da intimação, não o fazendo a respectiva importância será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

18.6 Ficar impedida de licitar e contratar com o SENAC/PE, por prazo mínimo de 04 (quatro) máximo de 06 (seis) anos, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, a empresa que:

a) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, nos termos do art. 41 do Regulamento de Licitações e Contratos do Senac.

18.7 O cometimento de irregularidades na execução do contrato administrativo sujeitará o particular à aplicação de sanções administrativas, nos termos do contrato. A CONTRATADA será notificada por correspondência, através de Aviso de Recebimento, ou mediante publicação no Diário Oficial da União, a ser juntado ao respectivo processo administrativo.

18.8. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo que assegure defesa prévia do interessado, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação expressa do CONTRATANTE, e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista do processo.

18.9. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto ao SENAC/PE, decorrentes das infrações cometidas.

18.10 De comum acordo, em conciliação, desde que não haja prejuízo ao SENAC-PE ou desde que o prejuízo esteja integralmente ressarcido, o SENAC-PE poderá substituir a possível aplicação da pena de multa pela pena de advertência, em atendimento a pedido que seja expressamente veiculado pela contratada, na defesa prévia.

18.10.1A substituição de que trata o item anterior, poderá se aplicar às empresas licitantes.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. As dúvidas suscitadas na interpretação do presente edital, bem como os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação/pelo(a) Pregoeiro(a).

19.2 A Comissão/o(a) Pregoeiro(a) poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, solicitar aos licitantes informações adicionais sobre a documentação e as propostas apresentadas, sendo vedada a inclusão de documento exigido que não tenha sido apresentado à época própria, salvo nas situações previstas neste edital. O não atendimento à solicitação no prazo estabelecido poderá implicar na desclassificação da empresa licitante.

19.3 A Comissão de Licitação/o(a) Pregoeiro(a) poderá, a qualquer tempo, caso julgue necessário, realizar diligência para comprovar a veracidade das informações prestadas, o cumprimento das condições estabelecidas ou mesmo de idoneidade do licitante, bem como promover retificação ou ratificação de documento já apresentado, a fim de corrigir falhas meramente formais.

19.4. As decisões relativas a esta licitação serão comunicadas e divulgadas aos licitantes através do site do Senac-PE www.pe.senac.br, do sistema Comprasnet, na www.comprasgovernamentais.gov.br.

19.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6 O Senac se reserva o direito de paralisar ou suspender a qualquer tempo o fornecimento, mediante pagamento único e exclusivo dos produtos entregues, inclusive dos que estejam em trânsito para os locais de entrega.

19.7 O Senac se reserva o direito de adiar, cancelar ou tornar sem efeito, no todo ou em parte, a presente licitação, sem que caibam quaisquer reclamações, direitos, vantagens ou indenizações aos licitantes, nos termos do art. 62 da Resolução Senac nº 1270/2024.

19.8 O prazo de duração de consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitado, até sua aceitação definitiva, salvo nos casos em que seja expressamente aprovado pelo Senac diante de cada caso concreto, para a preservação do interesse público.

19.9 O cadastramento das propostas no site do Comprasnet implica na aceitação tácita e irrestrita pela licitante de todas as condições estabelecidas no presente Edital e em seus Anexos.

19.10 É responsabilidade da licitante acompanhar o andamento do processo no Portal de Compras do Governo Federal (www.comprasgovernamentais.gov.br) e/ou do Senac-PE (www.pe.senac.br).

19.11 A licitante declara ter ciência e se compromete a cumprir os princípios e regras contidos no Código de Ética e Conduta de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Conveniados DO Senac/PE, disponível no site: <https://www.pe.senac.br/governanca-e-integridade/>.

19.12 Os interessados poderão adquirir este edital através do site do Senac-PE www.pe.senac.br, do sistema “Comprasnet”, na página www.comprasgovernamentais.gov.br ou da Comissão Permanente de Licitação/do(a) Pregoeiro(a), apresentando pen drive, no seguinte endereço: Av. Visconde de Suassuna, nº 500, Santo Amaro, Recife/PE, no Centro Administrativo do Senac, 2º andar, telefones: 3413.6654/ 3413.6613 / 3413.5821.

Recife, data da assinatura eletrônica.

HERTA FERRO SCHERZER
Pregoeira

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contrato para aquisição e instalação de equipamentos e software de controle de acesso com mecanismo de catracas com reconhecimento facial, para o SENAC Sede – Prédio José Anchieta Alves, visando aumentar a segurança de alunos e funcionários da unidade, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento

1.2. Natureza do Objeto:

EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA
INFORMÁTICA-LICENÇA DE USO

2. JUSTIFICATIVAS:

2.1. A utilização de terminais faciais e catracas proporciona uma solução tecnologicamente avançada, que permite a verificação precisa e rápida da identidade de cada indivíduo que busca acesso às instalações do SENAC. Isso garante que apenas pessoas autorizadas possam adentrar nas dependências da instituição, reduzindo significativamente o risco de intrusões não autorizadas, atos de violência, assédio e outros incidentes prejudiciais à segurança. Além disso, o sistema é altamente eficiente, minimizando o tempo de espera e agilizando o fluxo de entrada e saída, contribuindo para o bom funcionamento das operações diárias.

2.2. Desse modo, sabe-se a identidade de todos os que estão presentes no Centro de Educação Profissional, bem como o tempo de permanência no local.

2.3. A implementação deste projeto promove a integração de práticas modernas de segurança, alinhando-as com os padrões de qualidade e bem-estar que os pais, responsáveis e colaboradores da instituição esperam.

2.3.1. Descrição da solução:

2.3.2. A solução consiste na aquisição, instalação e configuração de catracas com terminais faciais e o software de gestão, permitindo maior segurança para entradas e saídas específicas da unidade do Senac Sede – Prédio José Anchieta Alves.

2.3.3. A solução deve permitir o cadastramento em sistema de alunos, funcionários e visitantes, para aplicação de políticas de acesso, permitindo somente a entrada autorizada após autenticação facial, contribuindo assim, para uma unidade mais segura.

2.3.4. O senac irá disponibilizar pontos elétricos e lógicos para todos os dispositivos de controle de acesso do projeto, além do servidor para instalação do software de gestão.

2.3.5. No dia da licitação, a solução ofertada pelos licitantes não pode estar fora de linha de produção (End Of Life) ou fim de venda (End Of Sales) no fabricante;

2.3.6. A solução de controle de acesso a ser fornecida deve ser da marca Hikvision (marca exigida) e 100% compatível com o modelo DS-K3B530X, bem como com o software de gerenciamento Hikvision HikCentral, na versão 2.6.0.20240511 ou superior. Essa exigência visa garantir a padronização da infraestrutura tecnológica de segurança no âmbito do Senac Pernambuco, assegurando a integração plena e nativa entre hardware e software. A compatibilidade deverá permitir a gestão unificada dos dispositivos, a visualização centralizada de eventos, o controle em tempo real, e o gerenciamento de usuários, credenciais e relatórios, utilizando apenas uma única plataforma. Tal exigência fundamenta-se em infraestrutura de controle de acesso existente na Unidade do Senac em Serra Talhada.

A adoção da marca Hikvision para o sistema de controle de acesso é tecnicamente justificada pelo fato de tratar-se de um ecossistema integrado, atualmente implementado no SENAC Pernambuco, o qual é composto por catracas, controladoras, leitores biométricos e câmeras IP da mesma fabricante.

Assim, o objetivo é dispor de uma solução única e integrada de controle de acesso para todas as unidades do Senac no Estado de Pernambuco, otimizando a operação, reduzindo custos de manutenção e facilitando a escalabilidade e a governança da solução de segurança eletrônica.

2.4. O Suporte do fabricante ou revenda credenciada deverá ser no regimento 24x7x365.

2.5. Justificativa lote único:

2.5.1. A opção por lote único é essencial para garantir a integração e a interoperabilidade entre todos os componentes da solução de controle de acesso, e o software de gestão deverá ser também do mesmo fabricante para todos os equipamentos. O software de um fabricante A, por exemplo, não vai conseguir liberar a catraca de um fabricante B, tampouco fazer o reconhecimento facial a partir de um terminal do fabricante C.

2.5.2. Desse modo, a escolha de um único fornecedor da solução atribui a responsabilidade pela manutenção do sistema a um único fabricante, simplificando a demanda por suporte técnico para todos os equipamentos e software de gestão. A mesma lógica se aplica quanto à padronização dos equipamentos e tecnologias de controle de acesso, permitindo uma gestão mais eficiente e treinamento simplificado para os usuários.

2.6. Justificativa para a não aplicação da divisão em cotas:

2.6.1. Não se aplica cota para ME EPP porque se trata de um sistema integrado e padronizado de um único fabricante, neste caso a Hikvision, sendo necessária portanto, a interoperabilidade total entre os equipamentos que fazem parte do ecossistema de segurança de acesso. A fragmentação do objeto para fins de cotas poderia comprometer a integração do sistema, gerar incompatibilidades técnicas e, a presença de vários fornecedores para uma mesma solução, permitiria a ocorrência de situações onde um determinado problema não fosse reconhecido como responsabilidade de todos os fornecedores.

2.6.2. Todos os equipamentos presentes nesta solução devem ser do mesmo fabricante **Hikvision** para que o conjunto dos dispositivos possam funcionar integrados como uma única solução para o controle de acesso, terminais de reconhecimento facial, catracas e software/ banco de dados de gerenciamento. Por este motivo, será escolhido a modalidade de ampla concorrência.

2.7. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.7.1. CÓDIGO MXM: P009233 - CATRACA TIPO SWING (PORTA) LATERAL ESQUERDA – PCD 900MM:

2.7.1.1. Deve ser do tipo swing;

2.7.1.2. Deverá possuir porta com material transparente, a exemplo de vidro temperado/ acrílico.

2.7.1.3. Deve possuir no mínimo 10 pares de detectores IR.

2.7.1.4. Deve possuir Interface de comunicação de contato seco;

2.7.1.5. Deve conter motor elétrico com capacidade de fluxo de, no mínimo, 5.000.000 aberturas/fechamentos;

2.7.1.6. Deve possuir largura mínima de passagem de 900 mm;

2.7.1.7. Deve se ter abertura com porta do tipo swing, de tal modo que não necessite de contato físico humano após acionamento do relé do mesmo;

2.7.1.8. Deve conter pelo menos 10 pares de sensores;

2.7.1.9. Deve conter indicador de LED para direcionamento de passagem;

2.7.1.10. Deve possibilitar configuração de duração da validação/autenticação de passagem;

2.7.1.11. Se o indivíduo não realizar o acesso durante determinado período, aquele evento de acesso é cancelado

2.7.1.12. Deve possibilitar solução de permanência de abertura de porta quando acionado alarme de incêndio do equipamento

- 2.7.1.13. Deve possibilitar pleno controle e gestão via software, de modo a garantir total compatibilidade na gestão, sendo obrigatório o conjunto (autenticador facial instalado a parte na catraca, a catraca e o software de gestão) serem do mesmo fabricante;
- 2.7.1.14. Através do terminal facial instalado, deve liberar os usuários cadastrados com permissão no sistema, independente se a rede estiver online ou offline;
- 2.7.1.15. Também deve suportar a autenticação por cartão;
- 2.7.1.16. Deve possibilitar passagem pelo menos 60 pessoas por minuto;
- 2.7.1.17. Estrutura do equipamento deve ser de aço inox de pelo menos, 1,5mm de espessura "As dimensões devem ficar obrigatoriamente entre os seguintes padrões:
- 2.7.1.18. Profundidade: (De 1500mm a no máximo 1503mm);
- 2.7.1.19. Altura: (De 1000mm a no máximo 1003mm);
- 2.7.1.20. Largura: (De 120mm a no máximo 147mm);"
- 2.7.1.21. Seu peso líquido não deve ultrapassar 89kg;
- 2.7.1.22. Deve possibilitar recebimento de alimentação de 100 a 240 VAC ou caso não seja alimentada no padrão supracitado, deve possuir fonte interna que respeite o input de 100 a 240VC para alimentação da catraca com a energia necessária;
- 2.7.1.23. O motor deve consumir em standby no máximo 40w;
- 2.7.1.24. Deve possibilitar funcionamento em temperatura ambiente de -10°C a 60 °C;
- 2.7.1.25. Deve possibilitar implantação em ambientes internos;
- 2.7.1.26. Deve possibilitar instalação de terminal de controle de acesso Facial na catraca;

2.7.2. CÓDIGO MXM: P009234 - CATRACA TIPO SWING (PORTA) CENTRAL – PCD 900MM/900MM:

- 2.7.2.1. Deve ser do tipo swing;
- 2.7.2.2. Deverá possuir porta com material transparente, a exemplo de vidro temperado/ acrílico.
- 2.7.2.3. Deve possuir no mínimo 10 pares de detectores IR.
- 2.7.2.4. Deve possuir Interface de comunicação de contato seco;
- 2.7.2.5. Deve conter motor elétrico com capacidade de fluxo de, no mínimo, 5.000.000 aberturas/fechamentos;
- 2.7.2.6. Deve possuir largura mínima de passagem de 900 mm de um lado e 900mm do outro;
- 2.7.2.7. Deve se ter abertura com porta do tipo swing, de tal modo que não necessite de contato físico humano após acionamento do relé do mesmo;
- 2.7.2.8. Deve conter pelo menos 10 pares de sensores;
- 2.7.2.9. Deve conter indicador de LED para direcionamento de passagem;
- 2.7.2.10. Deve possibilitar configuração de duração da validação/autenticação de passagem;
- 2.7.2.11. Se o indivíduo não realizar o acesso durante determinado período, aquele evento de acesso é cancelado
- 2.7.2.12. Deve possibilitar solução de permanência de abertura de porta quando acionado alarme de incêndio do equipamento
- 2.7.2.13. Deve possibilitar pleno controle e gestão via software, de modo a garantir total compatibilidade na gestão, sendo obrigatório o conjunto (autenticador facial instalado a parte na catraca, a catraca e o software de gestão) serem do mesmo fabricante;
- 2.7.2.14. Através do terminal facial instalado, deve liberar os usuários cadastrados com permissão no sistema, independente se a rede estiver online ou offline;
- 2.7.2.15. Também deve suportar a autenticação por cartão;
- 2.7.2.16. Deve possibilitar passagem pelo menos 60 pessoas por minuto;
- 2.7.2.17. Estrutura do equipamento deve ser de aço inox de pelo menos, 1,5mm de espessura
- 2.7.2.18. "As dimensões devem ficar obrigatoriamente entre os seguintes padrões:
- 2.7.2.19. Profundidade: (De 1500mm a no máximo 1503mm);
- 2.7.2.20. Altura: (De 1000mm a no máximo 1003mm);
- 2.7.2.21. Largura: (De 120mm a no máximo 147mm);"
- 2.7.2.22. Seu peso líquido não deve ultrapassar 128kg;
- 2.7.2.23. Deve possibilitar recebimento de alimentação de 100 a 240 VAC ou caso não seja alimentada no padrão supracitado, deve possuir fonte interna que respeite o input de 100 a 240VC para alimentação da catraca com a energia necessária;
- 2.7.2.24. O motor deve consumir em standby no máximo 40w;
- 2.7.2.25. Deve possibilitar funcionamento em temperatura ambiente de -10°C a 60 °C;
- 2.7.2.26. Deve possibilitar implantação em ambientes internos;

2.7.2.27. Deve possibilitar instalação de terminal de controle de acesso Facial na catraca;

2.7.3. CÓDIGO MXM: P009235 - CATRACA TIPO SWING (PORTA) LATERAL DIREITA – PCD 900MM:

2.7.2.28. Deve ser do tipo swing;

2.7.2.29. Deverá possuir porta com material transparente, a exemplo de vidro temperado/ acrílico.

2.7.2.30. Deve possuir no mínimo 10 pares de detectores IR.

2.7.2.31. Deve possuir Interface de comunicação de contato seco;

2.7.2.32. Deve conter motor elétrico com capacidade de fluxo de, no mínimo, 5.000.000 aberturas/fechamentos;

2.7.2.33. Deve possuir largura mínima de passagem de 900 mm;

2.7.2.34. Deve se ter abertura com porta do tipo swing, de tal modo que não necessite de contato físico humano após acionamento do relé do mesmo;

2.7.2.35. Deve conter pelo menos 10 pares de sensores;

2.7.2.36. Deve conter indicador de LED para direcionamento de passagem;

2.7.2.37. Deve possibilitar configuração de duração da validação/autenticação de passagem;

2.7.2.38. Se o indivíduo não realizar o acesso durante determinado período, aquele evento de acesso é cancelado

2.7.2.39. Deve possibilitar solução de permanência de abertura de porta quando acionado alarme de incêndio do equipamento

2.7.2.40. Deve possibilitar pleno controle e gestão via software, de modo a garantir total compatibilidade na gestão, sendo obrigatório o conjunto (autenticador facial instalado a parte na catraca, a catraca e o software de gestão) serem do mesmo fabricante;

2.7.2.41. Através do terminal facial instalado, deve liberar os usuários cadastrados com permissão no sistema, independente se a rede estiver online ou offline;

2.7.2.42. Também deve suportar a autenticação por cartão;

2.7.2.43. Deve possibilitar passagem pelo menos 60 pessoas por minuto;

2.7.2.44. Estrutura do equipamento deve ser de aço inox de pelo menos, 1,5mm de espessura "As dimensões devem ficar obrigatoriamente entre os seguintes padrões:

2.7.2.45. Profundidade: (De 1500mm a no máximo 1503mm);

2.7.2.46. Altura: (De 1000mm a no máximo 1003mm);

2.7.2.47. Largura: (De 120mm a no máximo 147mm);"

2.7.2.48. Seu peso líquido não deve ultrapassar 89kg;

2.7.2.49. Deve possibilitar recebimento de alimentação de 100 a 240 VAC ou caso não seja alimentada no padrão supracitado, deve possuir fonte interna que respeite o input de 100 a 240VC para alimentação da catraca com a energia necessária;

2.7.2.50. O motor deve consumir em standby no máximo 40w;

2.7.2.51. Deve possibilitar funcionamento em temperatura ambiente de -10°C a 60 °C;

2.7.2.52. Deve possibilitar implantação em ambientes internos;

2.7.2.53. Deve possibilitar instalação de terminal de controle de acesso Facial na catraca;

2.7.4. CÓDIGO MXM: P009236/C100328 - TERMINAL FACIAL PARA CATRACA:

2.7.4.1.1 Controlador de acesso com autenticação por reconhecimento facial;

2.7.4.1.2 Tela mínima de 7”;

2.7.4.1.3 Tela sensível ao toque;

2.7.4.1.4 Detecção de máscara

2.7.4.1.5 Detecção de face por profundidade, para impossibilitar acesso por foto ou vídeo;

2.7.4.1.6 Capacidade para 50.000 cartões;

2.7.4.1.7 Capacidade para 50.000 faces;

2.7.4.1.8 Permitir importar ou exportar dados dos usuários através de interface USB;

2.7.4.1.9 Capacidade de armazenar 150.000 eventos ou capacidade de gravar até 300.000 mil registros de desbloqueio.

2.7.4.1.10 Deve possuir no mínimo 2 lentes;

2.7.4.1.11 Deve possuir resolução mínima de 2MP;

2.7.4.1.12 Deve possuir no mínimo conexão Ethernet de no mínimo 100 Mbps adaptativo;

2.7.4.1.13 Precisão de verificação da face maior ou igual a 99%;

2.7.4.1.14 Velocidade de comparação de face $\leq 0,3s$ por pessoa;

- 2.7.4.1.15 Distância de reconhecimento: 0,3 a 3 m;
- 2.7.4.1.16 NTP, sincronização manual de hora e sincronização automática;
- 2.7.4.1.17 Possuir interface RS-485
- 2.7.4.1.18 Deve possuir interface com suporte a Wiegand;
- 2.7.4.1.19 Deve possuir interface USB;
- 2.7.4.1.20 Deve possuir no mínimo 1 saída de alarme;
- 2.7.4.1.21 Deve possuir interface para botão de saída;
- 2.7.4.1.22 Deve possuir interface de entrada para contato com porta;
- 2.7.4.1.23 Deve possuir Tamper;
- 2.7.4.1.24 Deve possuir no mínimo Alimentação 12 VDC;
- 2.7.4.1.25 4.2.30 Deve funcionar com uma range de temperatura ambiente de -20°C a 60°C
- 2.7.4.1.26 Deve possuir no mínimo grau de proteção IP65;
- 2.7.4.1.27 Deve possuir suporte compatível para instalação em catraca;
- 2.7.4.1.28 Para garantir a total compatibilidade, o terminal facial deve ser do mesmo fabricante da catraca swing e do software de gestão.

2.7.5. CÓDIGO MXM: C100328 - SUPORTE TERMINAL FACIAL DE CATRACA

- 2.7.5.1 Suporte para leitor facial confeccionado em tubo e base redonda de aço inox com acabamento escovado.
- 2.7.5.2 Peso máximo de 800 gramas.
- 2.7.5.3 Acompanha parafusos e buchas para instalação em catraca.

2.7.6. CÓDIGO MXM: S000973/S000974/S000975/S000976 - SISTEMA DE GESTÃO E DEMAIS LICENÇAS DE CONTROLE:

- 2.7.6.1 Deverá ser compatível e capaz de gerenciar, configurar e monitorar os dispositivos deste projeto, como as câmeras, gravadores em rede, mesas controladoras, storages, servidores de analíticos e equipamentos de controle de acesso;
- 2.7.6.2 Deverá permitir o compartilhamento do banco de dados para futuras implementações em outras unidades do SENAC Pernambuco, de maneira que um indivíduo cadastrado na Unidade Sede possa acessar o mesmo sistema que já foi implantado na Unidade de Serra Talhada, sem haver a necessidade de um novo cadastramento de face. Desse modo, o aluno terá o acesso liberado nas catracas de Serra Talhada e Sede realizando apenas um cadastro no sistema.
- 2.7.6.3 Deve funcionar na arquitetura cliente x servidor, possibilitando a aplicação cliente ser instalada em desktops e versão móvel.
- 2.7.6.4 Detecção automática de dispositivos ip's do fabricante: deve suportar equipamentos de controle de acesso utilizando métodos plug & play, broadcast e varredura por faixa de IP;
- 2.7.6.5 Plataforma Aberta: deve possuir API/SDK aberta, suportando integração com hardware e aplicativos de terceiros;
- 2.7.6.6 Instalação em Windows 64 bits, as licenças do sistema operacional deverão ser fornecidas pela proponente como parte da solução;
- 2.7.6.7 Deve possuir assistentes de configuração para guiar o usuário por processo de adição de câmeras, a configuração de vídeo e gravação e configuração do usuário;
- 2.7.6.8 Deve possuir opção de configuração em massa, permitindo alterarem-se as configurações em vários dispositivos ao mesmo tempo com poucos cliques, independentemente de estarem no mesmo site ou remotos;
- 2.7.6.9 Deve possuir exportação/importação de dados de configuração do sistema e de usuários;
- 2.7.6.10 Sistema automático de pontos de restauração: deve permitir a reversão fácil de pontos de configuração previamente definidos, permitindo o cancelamento de mudanças de configuração indesejados e a restauração de configurações anteriores válidas;
- 2.7.6.11 Deve permitir a personalização da interface de administração de acordo com os direitos de cada usuário, concedendo permissões, restringindo funções e ocultando/desabilitando partes da interface para evitar o acesso indevido a ações restritas;
- 2.7.6.12 Deve possuir assistente de configuração de controle de acesso que possibilite fácil configuração das opções de controle de acesso do sistema.
- 2.7.6.13 As barreiras controladas pelos dispositivos de controle de acesso, que podem ser, mas não se limitando, portas, barreiras, cancelas, torniquetes, que doravante nos referenciaremos a estas barreiras a apenas como portas, deverão permitir a personalização das seguintes informações: nome da porta, dispositivo, sensor magnético da porta, tipo de botão de saída, duração de porta aberta, duração de abertura estendida, alarme de tempo limite de porta aberta, duração máxima de porta aberta.
- 2.7.6.14 Deve permitir a associação de câmeras a portas controladas pelo sistema de controle de acesso, possibilitando o armazenamento de imagens dos eventos gerados pelo controle de acesso.

- 2.7.6.15 Deve Permitir Gerenciamento de Pessoas com as seguintes características:
- 2.7.6.16 Adição das informações das pessoas uma a uma
- 2.7.6.17 Importação das informações de múltiplas pessoas em lote
- 2.7.6.18 Importação das faces das pessoas em lote
- 2.7.6.19 Formato do arquivo das faces: BMP, JPEG e PNG
- 2.7.6.20 Habilitar a pessoa com face cadastrada para acesso a dispositivos de acesso via reconhecimento facial
- 2.7.6.21 Habilitar a pessoa com digitais cadastradas para acesso a dispositivos de controle de acesso.
- 2.7.6.22 Deve permitir o cadastro de cartões de acesso sem fio para acesso a dispositivos de controle de acesso.
- 2.7.6.23 Deve permitir a configuração de gerenciamento de modelos de programação de horários de acesso, possibilitando configurar modelos de período de tempo que podem ser aplicados a níveis de controle de acesso.
- 2.7.6.24 Os níveis de controle de acesso devem permitir o gerenciamento da configuração das portas do sistema de controle de acesso, relacionando as pessoas autorizadas aos modelos de programação de horários de acesso, dessa forma permitir a criação de regras de quais pessoas podem acessar quais portas e em quais horários.
- 2.7.6.25 Deve suportar anti-passback em área em um dispositivo de controle de acesso ou em vários dispositivos.
- 2.7.6.26 Deve suportar rotas de anti-passback em um dispositivo de controle de acesso ou em vários dispositivos.
- 2.7.6.27 O sistema deve permitir a gestão de visitantes que podem ser atribuídos acessos aos sistemas de controle de acesso.
- 2.7.6.28 O administrador pode fazer reservas para visitantes no Web Client e no Mobile Client.
- 2.7.6.29 Deve suportar a importação em lote de informações de reserva de visitantes e substituição de visitantes repetidos.
- 2.7.6.30 Deve permitir a realização de reservas para visitantes em um navegador da web, digitalizando um código QR usando um telefone celular.
- 2.7.6.31 Deve suportar a habilitação de aprovação de reserva de autoatendimento. Quando ativado, todas as reservas de autoatendimento entrarão em vigor após a análise e aprovação do administrador.
- 2.7.6.32 Deve suportar a configuração de um grupo de visitantes padrão de reserva de autoatendimento.
- 2.7.6.33 O administrador deverá ser capaz de revisar os registros de reserva de autoatendimento e, em seguida, aprovar, rejeitar ou excluir as reservas.
- 2.7.6.34 Deve suportar o envio de um código de reserva de 4 ou 6 dígitos para o visitante por e-mail automaticamente ao fazer reservas.
- 2.7.6.35 Deve suportar a abertura de cancela quando os veículos dos visitantes chegam, se o número da placa for preenchido ao fazer as reservas.
- 2.7.6.36 Deve permitir que visitantes com uma reserva, possam fazer o check-in fornecendo o código de reserva ou número de telefone. As informações dos visitantes serão mostradas e podem ser editadas ou reabastecidas.
- 2.7.6.37 Deve permitir que para visitantes sem reserva, o operador possa fazer o check-in no local preenchendo as informações dos visitantes.
- 2.7.6.38 Deve permitir que para visitantes sem reserva, mas que já visitaram anteriormente, o operador possa selecionar as pessoas do grupo de visitantes para fazer um check-in rápido.
- 2.7.6.39 Deve oferecer suporte à exportação de informações de check-in do visitante e registros de acesso.
- 2.7.6.40 Deve suportar o envio de código QR para acesso às áreas permitidas para o e-mail dos visitantes se o endereço de e-mail for preenchido no check-in.
- 2.7.6.41 Deve suportar o check-out para os visitantes manualmente.
- 2.7.6.42 Deve oferecer suporte à configuração de vários pontos de acesso como pontos de verificação de autoatendimento.
- 2.7.6.43 Deve suportar check-out nos pontos de controle de acesso designados.
- 2.7.6.44 Suportar a personalização de motivos de visita.
- 2.7.6.45 Oferecer suporte à personalização de grupos de visitantes.
- 2.7.6.46 Oferecer suporte à personalização de modelos de e-mail de reserva.
- 2.7.6.47 Oferecer suporte à personalização de modelos de e-mail de check-in.
- 2.7.6.48 Suportar a personalização dos dígitos do código de reserva.
- 2.7.6.49 Oferecer suporte à personalização do horário de check-out padrão.
- 2.7.6.50 Oferecer suporte para definir os níveis de acesso dos visitantes e definir um nível de acesso padrão para novos visitantes.
- 2.7.6.51 Suportar a aplicação de níveis de acesso a dispositivos de controle de acesso automaticamente após o check-in.
- 2.7.6.52 Suportar a retirada dos níveis de acesso dos visitantes após o check out.
- 2.7.6.53 Suportar a movimentação de visitantes para a lista de bloqueio.
- 2.7.6.54 Suportar a remoção de visitantes da lista de bloqueio.
- 2.7.6.55 Suportar importação em lote de informações do visitante para a lista de bloqueio e substituição de visitantes repetidos.

- 2.7.6.56 Os operadores não deverão ser capazes de fazer reserva ou check-in para os visitantes na lista de bloqueio. Oferecer suporte à notificação do usuário ao reservar ou fazer check-in de visitantes na lista de bloqueio.
- 2.7.6.57 Ao fazer uma reserva ou fazer o check-in de um visitante, os operadores podem fazer upload de uma foto ou tirar uma foto por meio do webcam do PC ou da câmera do celular.
- 2.7.6.58 Ao fazer o check-in de um visitante, os usuários podem enviar uma foto ou tirar uma foto dos pertences do visitante por meio do webcam do PC ou da câmera do celular.
- 2.7.6.59 Suportar a notificação de um alarme quando um visitante não fizer check-out após o horário de check-out. O operador pode optar por habilitar o check-out automático ou habilitar a detecção de alarme para detectar visitantes que passam mais tempo.
- 2.7.6.60 Suportar filtragem e listagem de informações do visitante (categorizadas por total ou visitantes que não fizeram check-out).
- 2.7.6.61 Oferecer suporte à exportação dos resultados da pesquisa.
- 2.7.6.62 Suportar a busca de visitantes através da configuração de condições, incluindo nome, número de telefone, empresa, pessoa visitada, motivo da visita, hora da visita, status de check-in / out e status de temperatura da superfície da pele.
- 2.7.6.63 Oferece suporte à exportação dos resultados da pesquisa.
- 2.7.6.64 Suporta gravação do último ponto de acesso de um visitante.
- 2.7.6.65 Oferecer suporte à exportação dos resultados combinados para o PC local; as informações exportadas incluem as informações da pessoa e as informações do vídeo.
- 2.7.6.66 Suporta a reprodução de padrões na sequência de tempo no mapa.
- 2.7.6.67 Operação
- 2.7.6.68 Visualização ao vivo e reprodução: clientes de dispositivos móveis e computadores com suporte para visualizar, no mínimo, 9 câmeras de vários servidores por cliente;
- 2.7.6.69 Exibições de Janelas/Layouts: deve trabalhar com exibições contendo até 8x8 câmeras, Hot spot, Matriz, Sequencial, imagens estáticas e ativas, vídeos ao vivo ou gravados, mapas, distribuídos em todos os monitores do computador;
- 2.7.6.70 Controle de Entradas/ Saídas de Alarme: de câmeras ou dispositivos de I/O, de forma a exibir botões/eventos manuais, ou receber sinais de sistemas de intrusão ou controle de acesso;
- 2.7.6.71 Áudio multicanal bidirecional: deve permitir áudio ao vivo/gravado com reprodução instantânea no PC cliente, transmitindo voz pelo microfone a alto-falantes remotos;
- 2.7.6.72 Gravação manual: deve ser baseada em privilégios de acesso definido pelo administrador;
- 2.7.6.73 Deve possuir a geração de evidência através de quadros comentados (storyboard) permitindo maior detalhamento de trechos de vídeo e alarmes exportados;
- 2.7.6.74 Busca, backup e dados seguros:
- 2.7.6.75 Backup de Evidência: JPEG, AVI e formatos de dados nativos com software visualizador stand-alone, criptografia, registros, notas de usuários e impressão de relatórios;
- 2.7.6.76 Autenticação: contas de usuário do Microsoft Active Directory e nativos;
- 2.7.6.77 Autorização: contas de usuário e grupos do Microsoft Active Directory e perfis de usuário nativos do sistema, todos os privilégios de acesso/controle de ações permitidas no nível da câmera;
- 2.7.6.78 Deve suportar auditoria de usuários, registrando ações do usuário: comandos de operação do usuário por tempo, localizações, câmeras e operação do sistema;
- 2.7.6.79 Alerta: deve notificar os usuários por som ou e-mail em caso de detecção de evento;
- 2.7.6.80 Tecnologia de gravação: banco de dados seguro de alta velocidade de imagens JPEG ou fluxos MPEG4 e H264 e H.265 incluindo áudio;
- 2.7.6.81 Deve possuir monitoramento do sistema
- 2.7.6.82 Provas podem ser geradas com relatório impresso, imagem JPEG, AVI ou formato proprietário (com visualizador incluso) ou ainda exportar vídeo em formato padrão de mercado;
- 2.7.6.83 Deve possuir criptografia e opção de senha de proteção para gravações e arquivos exportados;
- 2.7.6.84 Deve possuir interface proprietária, desenvolvida pelo mesmo fabricante;
- 2.7.6.85 Permitir no Modo de Controle de Acesso:
- 2.7.6.86 Exibição de imagens ao vivo de pontos de controle de acesso vinculados a câmeras de monitoramento
- 2.7.6.87 Reprodução de eventos de abertura de porta dos pontos de controle de acesso vinculados a câmeras de monitoramento
- 2.7.6.88 Controle dos pontos de acesso para abrir, fechar, manter aberto ou manter fechado
- 2.7.6.89 Visualizar registro em tempo real de passagens de cartão de acesso
- 2.7.6.90 Busca de eventos de controle de acesso nos pontos de acessos adicionados
- 2.7.6.91 Inscrição para receber o alerta do evento via e-mail ou aplicativo no smartphone
- 2.7.6.92 Cliente Móvel:

- 2.7.6.93 Deve possuir aplicativos gratuitos para dispositivos mobile (IOS, Android);
- 2.7.6.94 Deve permitir a visualização de múltiplas imagens simultaneamente;
- 2.7.6.95 Deve suportar mapas multicamadas nos formatos JPEG, PNG;
- 2.7.6.96 Deve suportar mapas no formato JPEG/PNG;
- 2.7.6.97 Deve suportar mapas online GIS MAP;
- 2.7.6.98 Opções De Integração:
- 2.7.6.99 Deve ser compatível com software supervisor de alarmes e estado de dispositivos para grandes instalações;
- 2.7.6.100 Licenças:
- 2.7.6.101 Deve estar composto por Licença de Sistema Obrigatório para a instalação do produto, não possuindo limite de validade;
- 2.7.6.102 Licença de controle de acesso: é necessária para cada porta a ser controlada pelo sistema em seu módulo de controle de acesso.
- 2.7.6.103 Todos os softwares clientes não deverão ser licenciados e podem ser instalados e utilizados em qualquer número de computadores, de forma gratuita.

2.7.7 CÓDIGO MXM: S000265 – TREINAMENTO

- 2.7.7.1 Deverá ser realizado treinamento para solução de controle de acesso nos níveis de operação, administração e manutenção com no mínimo 08 horas aos usuários da solução.
- 2.7.7.2 O treinamento deverá ser realizado nas dependências do SENAC Sede – Gerência de Tecnologia da Informação na cidade de Recife/PE.
- 2.7.7.3 Não será aceito treinamento na modalidade remota ou online.
- 2.7.7.4 Deverá ser providenciada apostila com o conteúdo a ser ministrado no treinamento, que poderá ser entregue em formato digital. A entrega da apostila deverá ser feita antes da realização do treinamento.

2.8 CÓDIGO MXM: S00942 – SERVIÇO DE INSTALAÇÃO/DESINSTALAÇÃO – EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Todo o sistema de controle de acesso, englobando as catracas, suporte, terminais de reconhecimento facial e acessórios deverão ser instaladas no novo Senac Sede – Prédio José Anchieta Alves, situado na Av. Visconde de Suassuna, 500, Santo Amaro, Recife/PE, CEP: 50.050-540.

3 LICENÇA UNITÁRIA PARA DISPOSITIVO DE CONTROLE DE ACESSO:

- 3.7 Licença para habilitar o dispositivo de controle de acesso, dentro do software de gestão.

4 LICENÇA PARA MÓDULO DE VISITANTE:

- 4.1 Licença para habilitar o módulo de gestão dos visitantes dentro do software de gestão.

5 LICENÇA PARA MÓDULO BASE DE CONTROLE DE ACESSO:

- 5.1 Licença para habilitar o módulo de controle de acesso dentro do software de gestão.

- 5.2 Locais para instalação das catracas:

5.2.1 As catracas deverão ser instaladas no prédio José Anchieta Alves – SENAC Sede, situado na Av. Visconde de Suassuna, 500 – Santo Amaro, Recife/PE, CEP: 50.050-540. Abaixo, segue a tabela com os locais de instalação para catracas com terminais faciais:

Local da planta:	Dispositivo de controle de acesso:	Quantidade:
ENTRADA PRINCIPAL	CATRACA TIPO SWING (PORTA) LATERAL ESQUERDA – PCD 900MM	1
ENTRADA PRINCIPAL	CATRACA TIPO SWING (PORTA) CENTRAL – PCD 900MM/900MM	1
ENTRADA PRINCIPAL	CATRACA TIPO SWING (PORTA) LATERAL DIREITA – PCD 900MM	1
ACESSO CORREDOR DE CIRCULAÇÃO	CATRACA TIPO SWING (PORTA) LATERAL ESQUERDA – PCD 900MM	1
ACESSO CORREDOR DE CIRCULAÇÃO	CATRACA TIPO SWING (PORTA) LATERAL DIREITA – PCD 900MM	1

5.3 Nas Fotos e Diagramas - Diagrama 01, é possível observar a ilustração do layout da entrada principal do prédio, onde se vê que as catracas serão instaladas logo após a estação de atendimento, e do acesso pela corredor de circulação;

5.3.1 Nas Fotos e Diagramas aparecem os locais onde será instalado o sistema de controle de acesso.

5.3.2 Os documentos mencionados nos itens 5.3 e 5.3.1, serão disponibilizados juntamente com o edital.

6 DA TABELA DE ITENS E QUANTITATIVOS:

6.1 Abaixo a tabela de itens e seus quantitativos que devem ser considerados para a precificação deste TR:

Item	Descrição	Quantidade
1	CATRACA TIPO SWING (PORTA) LATERAL ESQUERDA – PCD 900MM	2
2	CATRACA TIPO SWING (PORTA) CENTRAL – PCD 900MM/900MM	1
3	CATRACA TIPO SWING (PORTA) LATERAL DIREITA – PCD 900MM	2
4	TERMINAL FACIAL PARA CATRACA	6
5	SUPORTE TERMINAL FACIAL DE CATRACA	6
6	LICENÇA UNITÁRIA PARA DISPOSITIVO DE CONTROLE DE ACESSO	6
7	TREINAMENTO	1
8	INSTALAÇÃO	1

7 DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

7.1.1 A proposta de preços obrigatoriamente deverá constar:

7.1.2 Valores individuais dos itens pertencentes neste TR.

7.1.3 Planilha de Fabricante e modelo, conforme modelo abaixo:

Item	Descrição	Fabricante	Modelo (Part Number)
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8		-----	-----

7.1.4 Planilha de comprovação técnica:

7.1.5 O fornecimento deverá ser em formato de planilha extensão compatível com Excel para facilitar a análise do setor técnico.

7.1.6 Deve ser realizar um cruzamento de cada especificação solicitada (ponto a ponto) de modo a facilitar a análise do setor competente.

7.1.7 Todos os itens de hardware (equipamentos eletrônicos) devem conter suas especificações comprovadas na planilha de comprovação técnica, conforme modelo abaixo:

Item	Descrição do item	Especificação solicitada	Especificação fornecida	Link da Documentação do fabricante	Página
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					

7.2 DO PRAZO DE GARANTIA: Os produtos deverão ter garantia por prazo não inferior a **36 (trinta e seis) meses**, a partir da data de emissão da Nota Fiscal.

7.2.1 Durante o prazo de vigência da garantia, a empresa vencedora do certame se obriga a prestar assistência técnica apenas no caso de defeito dos produtos. Caso necessário, deve-se substituir as peças que apresentarem defeitos de fabricação, ou vícios decorrentes da montagem do objeto, em até 30 (trinta) dias úteis a contar do recebimento de comunicação escrita emitida pela Contratante.

7.2.1.1 Este prazo poderá ser alterado mediante a formalização de uma justificativa da contratada, desde que em acordo e com a devida aprovação do contratante;

7.2.1.2 Durante o prazo de garantia será substituída, sem ônus para o contratante, a parte ou peça defeituosa, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos.

7.2.2 Não será coberto pela garantia, produtos que foram danificados por motivo de queda, expostos a produtos químicos ou água (caso não possua o índice de proteção “IP” adequado), mau uso, vandalismo ou em caso de danos por fatores de desastres naturais;

7.3 DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DA GARANTIA:

7.3.1 A garantia/assistência técnica dos produtos será on-site durante os 36 (trinta e seis) meses.

7.3.2 A contratada deverá oferecer atendimento para a abertura de chamado 24 x 7 - 24 horas por dia 7 dias na semana;

7.3.3 A contratada deverá oferecer atendimento “on-site” em dias úteis e horário comercial, das 08:00h às 18:00h, no tempo máximo de 03 (três) dias úteis e solução em 05 (cinco) dias úteis, o tempo de atendimento será contado a partir da abertura do chamado e o tempo de solução será contado a partir do início do atendimento. Caso a Contratada não termine o reparo do equipamento no prazo estabelecido, e a critério do Contratante, a Contratada deverá substituí-lo no prazo de 48 (quarenta e oito) horas por outro, com características e capacidades iguais ou superiores.

7.3.4 O contratada deverá possuir, preferencialmente, Central de Atendimento tipo (0800) para abertura dos chamados ou outro meio de comunicação de disponibilidade imediata, comprometendo-se a manter registros dos mesmo constando a descrição do problema;

7.3.5 O registro dos chamados deverão conter todas as informações relativas ao defeito apresentado pelo equipamento, sendo estas informações previamente coletadas pela contratante;

7.4 DAS CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.4.1 A disponibilização dos projetos não isenta a empresa CONTRATADA de conferir in loco, todos os pontos de instalação indicados antes da realização dos serviços;

7.4.2 A instalação deverá observar o **Diagrama 01 – Locais de instalação das catracas** contido no Anexo I - Fotos e Diagramas;

7.4.3 As plantas das Unidades/ambientes estarão disponíveis, gratuitamente, em arquivos formato

PDF/DWH, no portal do Senac-PE <http://www.pe.senac.br>, acessando o link <https://intranet.pe.senac.br/dr/qualifica/planta-anchieta.zip> ou ainda na página de Licitações, podendo ser retirado no setor de licitações da ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC PE, situada na Av. Visconde de Suassuna, nº 500, Ed. Pelópidas Soares, 2º andar, no bairro de Santo Amaro, Recife/PE, a partir

de envio por e-mail.

7.5 DO PRAZO DE ENTREGA E INSTALAÇÃO:

7.5.1 Os equipamentos de controle de acesso e os demais itens do TR, devem ser instalados e estar em pleno funcionamento no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, a partir da emissão/recebimento da Autorização de fornecimento/Requisição/Pedido de Compra, podendo este prazo ser prorrogado desde que a CONTRATADA apresente ofício com todas as justificativas, cabendo à Contratada analisar e aprovar a solicitação.

7.5.2 O treinamento deverá ser realizado em até 10 dias corridos após a instalação dos equipamentos.

8 PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1 O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

9 DO LOCAL DE ENTREGA:

9.1 O local de entrega será no SENAC - Sede, localizado na Av. Visconde de Suassuna, 500 – Santo Amaro, Recife/PE, CEP: 50.050-540. De segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

9.2 O equipamento deverá vir acompanhado de nota fiscal.

9.3 Serão recusados os produtos que apresentarem defeitos ou cujas especificações não atendam às descrições dos objetos licitados.

9.4 A empresa vencedora do certame deverá atender a todas as normas de segurança, responsabilizando-se exclusivamente, civil e criminalmente por todos e quaisquer eventos que ocorrerem no local de entrega informado.

9.5 Serão de responsabilidade da Contratada o transporte, carga e descarga dos equipamentos, sem qualquer custo adicional para o SENAC/PE.

9.6 Os equipamentos a serem fornecidos deverão ter em sua embalagem a indicação de marcas, estando devidamente identificados com o rótulo impresso de acordo com a legislação vigente, caso necessário; e em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência.

9.7 Os equipamentos deverão ser entregues novos, de primeiro uso, devidamente acondicionados em embalagens adequadas, que utilizem, preferencialmente, materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem.

10 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1 COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL: Comprovação de aptidão da empresa licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, que será feita mediante a apresentação de Atestado ou Certidão fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, por execução de serviço já concluído, de características semelhantes às do objeto do Edital.

10.1.1 Entende-se por características semelhantes e compatíveis com o objeto, que sejam de acordo com o fornecimento e instalação de equipamentos de controle de acesso, com mecanismo de catracas com reconhecimento facial.

10.1.2 Declaração de Indicação do(s) Responsável(is) Técnico(s) pela execução do objeto da licitação, indicando pelo menos, um(a) 01 (um) profissional técnico em eletrotécnica, eletrônica ou redes de computadores, devendo ser o(s) mesmo(s) profissional(is) que consta(m) dos documentos de capacidade técnica.

10.1.3 Comprovação de vínculo entre o **profissional (Responsável Técnico)** com a empresa de uma ou mais das maneiras abaixo:

- a) Se Sócio: cópia do contrato/estatuto social da empresa;
- b) Se Funcionário: cópia da Carteira Profissional – CTPS;
- c) Se Prestador de Serviços: cópia do Contrato de Prestação de Serviços;
- d) Se compromisso futuro de contratação: cópia do Termo de Compromisso Futuro.

10.2 Os atestados deverão conter a identificação dos seus subscritores, em papel timbrado da pessoa jurídica que os emituiu, com telefones para contato e devem indicar os serviços prestados/bens fornecidos pela licitante e o período de realização/fornecimento.

10.3 Os atestados de capacidade técnica deverão conter ainda os seguintes dados: data de início e término dos serviços; local de execução; nome da contratante e da pessoa jurídica contratada; nome do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número de registro dos conselhos profissionais, bem como as especificações técnicas dos serviços e quantitativos executados.

10.4 CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL

10.4.1 Para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional, a empresa licitante poderá apresentar tantos atestados quantos julgar necessário.

10.4.2 Apresentação de comprovação da formação técnica exigida deverá ser em uma das 3 modalidades de Técnico em Eletrotécnica, eletrônica ou redes de computadores. E, só será aceita com certificado de conclusão ou declaração da instituição de ensino como forma de comprovação do responsável técnico.

11 DO TREINAMENTO:

11.1 A CONTRATADA deverá realizar o treinamento nas dependências do SENAC Sede Recife/PE, com duração mínima de 8 horas úteis;

11.2 Não será aceito treinamento na modalidade remota ou online;

11.3 A CONTRATADA deverá providenciar apostila com o conteúdo a ser ministrado no treinamento, que poderá ser entregue em formato digital. A entrega da apostila deverá ser feita antes da realização do treinamento.

12 DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZOS

12.1 Os prazos para entrega e/ou instalação de produtos ou serviços não poderão ultrapassar os prazos estipulados conforme o quadro a seguir, que serão contados a partir da data de SOLICITAÇÃO/ORDEM DE COMPRA OU SERVIÇO, devendo estar em até 90 dias todo o sistema 100% de funcional:

PRODUTOS/SERVIÇOS	PRAZO (em dias corridos)
Instalação das catracas / suporte / terminais faciais	Até 80 dias
Instalação terminal facial de porta / acessórios e fechadura eletromagnética	Até 85 dias
Instalação e configuração do software de gestão e demais licenças	Até 87 dias
Treinamento	Até 90 dias

13 DO CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO

13.1 As despesas decorrentes desta aquisição serão debitadas na conta:

C.O. 90.967 – CFTV e Controle de Acesso - Implantação

14 DO PAGAMENTO

14.1 Os pagamentos serão efetuados através de depósito em conta bancária em nome da CONTRATADA, mediante atesto de funcionário do CONTRATANTE em Nota Fiscal/Fatura, após o recebimento definitivo dos produtos, nas seguintes

condições para os materiais e equipamentos:

VALOR R\$	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
Até R\$ 300.000,00	30 dias
R\$ 300.000,01 a 600.000,00	30/60 dias
Acima 600.000,01	30/60/90 dias

14.2 Para as licenças de uso, software de gestão e treinamento, o pagamento ocorrerá na forma de uma única parcela quando a implementação do software estiver concluída e homologada e o treinamento realizado, em até 15 dias úteis após a conclusão do serviço, mediante envio da Nota Fiscal.

14.3 Para o serviço de instalação, o pagamento ocorrerá em uma única parcela em no máximo 30 dias após a conclusão do treinamento.

14.4 A Nota Fiscal deverá conter a descrição completa dos produtos entregues, bem como os seus preços unitários e totais, e deverá estar acompanhada das certidões de Regularidade Fiscal, perante a Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

14.5 Os pagamentos sofrerão as retenções de impostos, conforme legislação vigente.

14.6 Enquanto houver pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira, em virtude de penalidade, inadimplência contratual ou se o produto apresentar avarias no ato da entrega, não será efetuado nenhum pagamento à Contratada referente à parcela inadimplida.

14.7 O pagamento ficará retido até que seja sanada a pendência, substituído o produto avariado em decorrência de problemas na entrega, tais como: extravios, falhas, quebras, etc.

14.8 Se a contratada der causa ao atraso de pagamento será contado um novo prazo para sua efetuação, o qual consistirá no mesmo prazo antes concedido.

14.9 Nenhuma fatura poderá ser negociada com Instituições de Crédito.

15 DAS PENALIDADES

15.1. Para a aplicação das penalidades, deverão ser observadas as disposições previstas no item 6.10 e respectivos subitens da Instrução Normativa nº 001/07, que trata dos procedimentos de compras e contratações no âmbito do Senac/PE, e nos artigos 39, 40, 41 da Resolução nº 1270/2024, que regulamenta as licitações e contratos do Senac.

15.2. À empresa vencedora que convocada, dentro do prazo estabelecido, para assinar o contrato e, injustificadamente, não o fizer, poderá ser aplicada, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados:

- a) Advertência;
- b) Perda do direito à contratação;
- c) Perda da caução em dinheiro ou execução das demais garantias de propostas oferecidas, se for o caso, sem prejuízo de outras penalidades previstas no edital;
- d) Suspensão do direito de licitar ou contratar com o contratante, por prazo não superior a 3 (três anos).

15.3. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

OCORRÊNCIA	PENALIDADE
a) Quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na Ata de Registro de Preços ou no contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar	Advertência escrita.

prejuízos ao SENAC/PE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.	
b) Pela reincidência do mesmo motivo que originou a aplicação da penalidade "Advertência".	Multa de 1% (um por cento) sobre o valor da obrigação em atraso.
c) Pelo retardamento injustificado na entrega dos produtos/materiais.	Multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor da obrigação em atraso, por dia de mora, até o vigésimo dia de atraso.
d) Pelo retardamento injustificado na entrega dos produtos/materiais, a partir do vigésimo dia de atraso.	Após o vigésimo dia de atraso, essa multa será de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia de mora. Assim, do vigésimo primeiro dia de atraso em diante, essa multa será acrescida ao valor da multa já calculada até os vinte dias de atraso, com a aplicação do percentual estabelecido na alínea "c". Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, o SENAC/PE poderá decidir pela continuidade da multa ou pelo cancelamento da ARP/pela rescisão do contrato , combinada com a pena de suspensão de licitar ou contratar com o SENAC/PE pelo prazo de 01 (um) ano.
e) Pela não substituição do produto/material entregue em qualidade inferior à aprovada pelo SENAC/PE, com defeitos ou incorreções, dentro do prazo estabelecido.	Multa de 1% (um por cento) sobre o valor da obrigação em atraso.
f) Pela reincidência por mais de 01 (uma) vez no retardamento injustificado na entrega dos produtos/materiais.	Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da obrigação em atraso. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, o SENAC/PE poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão do contrato/cancelamento da ARP , combinada com a pena de suspensão de licitar ou contratar com o SENAC/PE pelo prazo de 03 (três) anos.
g) No caso de inadimplemento total das obrigações.	Rescisão do contrato/contrato/cancelamento da ARP e suspensão do direito de licitar ou contratar com o SENAC/PE pelo prazo de 03 (três) anos.
h) No caso da ocorrência de outras falhas, que não as mencionadas acima, durante a execução da Ata de Registro de Preços/Contrato .	Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contratação.
i) Não manter as condições de habilitação durante a execução da Ata de Registro de Preços/Contrato .	Se após a notificação permanecer a irregularidade por 30 dias, poderá ser cancelada a ARP/rescindido o contrato .

15.4. As penalidades acima poderão ser aplicadas cumulativamente, sem prejuízo de demais medidas judiciais cabíveis, no entanto as multas não poderão exceder a 10% (dez por cento) do contrato.

15.5. As multas deverão ser recolhidas dentro do prazo de 10 (dez) dias da data da intimação, não o fazendo a respectiva importância será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

15.6 Ficar impedida de licitar e contratar com o SENAC/PE, por prazo mínimo de 04 (quatro) máximo de 06 (seis) anos, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, a empresa que:

- a) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, nos termos do art. 41 do Regulamento de Licitações e Contratos do Senac.

15.7 O cometimento de irregularidades na execução do contrato sujeitará o particular à aplicação de sanções administrativas, nos termos do contrato. A FORNECEDORA será notificada por correspondência, através de Aviso de Recebimento, ou mediante publicação no Diário Oficial da União, a ser juntado ao respectivo processo administrativo.

15.8. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo que assegure defesa prévia do interessado, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação expressa do do GERENCIADOR, e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista do processo.

15.9. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a FORNECEDORA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto ao SENAC/PE, decorrentes das infrações cometidas.

15.10 De comum acordo, em conciliação, desde que não haja prejuízo ao SENAC-PE ou desde que o prejuízo esteja integralmente ressarcido, o SENAC-PE poderá substituir a possível aplicação da pena de multa pela pena de advertência, em atendimento a pedido que seja expressamente veiculado pela contratada, na defesa prévia.

15.10.1 A substituição de que trata o item anterior, poderá se aplicar às empresas licitantes.

16 DOS DEVERES DO FORNECEDOR/DA CONTRATADA

16.1 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste contrato;

16.2 Guardar sigilo sobre toda a configuração do ambiente do SENAC, bem como sobre todas as informações relativas às bases de dados usadas na implementação do sistema.

16.3 Manter todos os arquivos de configuração nas dependências do SENAC, não podendo armazenar nenhum arquivo de configuração em outro local que não seja aquele indicado e autorizado pela GTI;

16.4 Manter o ambiente para abertura de chamados pela CONTRATANTE;

16.5 Quando necessária a saída de equipamentos para substituição/troca pelo FORNECEDOR, esse ficará obrigado a providenciar a retirada e posterior devolução dos novos produtos, sem qualquer custo adicional para o SENAC/PE, exceto em casos de exposição a produtos químicos ou água (caso não possua o índice de proteção "IP" adequado), mau uso, vandalismo ou em caso de danos por fatores de desastres naturais;

16.6 Apresentar declaração indicando o nome, CPF, número do registro no CREA da região competente, do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto da contratação. O nome do responsável técnico indicado deverá ser o mesmo que constar dos atestados de responsabilidade técnica apresentados pela qualificação técnica da licitante;

16.7 Comunicar ao Contratante, com antecedência, a data efetiva da entrega dos equipamentos;

16.8 Entregar os equipamentos no SENAC-PE – Sede, localizado no endereço Av. Visconde de Suassuna, 500 – Santo Amaro – Recife/PE, CEP: 50.050-540, nos seguintes dias e horários: segundas a sextas-feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, impreterivelmente, sem custo adicional, no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, a contar da emissão/recebimento da Autorização de Fornecimento/Requisição/Pedido;

16.9 Realizar o treinamento nas dependências do SENAC em Recife, em conformidade com as cláusulas contratuais descritas anteriormente.

16.10 Serão de responsabilidade do Fornecedor o transporte, carga e descarga dos equipamentos, sem qualquer custo adicional para o SENAC/PE.

16.11 Comunicar ao Senac, com antecedência mínima de 24 horas, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

16.12 Fazer acompanhar, quando da entrega dos equipamentos, a respectiva NF-e - Nota Fiscal Eletrônica.

16.13 Substituir, às suas expensas, os equipamentos com defeito de fabricação ou baixa qualidade, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar da data da notificação que será expedida pelo SENAC/PE.

16.13.1 Não sendo o vício sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, o contratante poderá exigir, alternativamente e à sua escolha, a substituição do produto, a restituição imediata da quantia paga, o abatimento proporcional do preço, bem como aplicar as demais hipóteses estabelecidas no art. 18 do Código de Defesa do Consumidor.

16.14 Responder integralmente por perdas e danos que vierem a ser causados ao SENAC/PE ou a terceiros, em razão de ação, omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, em relação aos produtos fornecidos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeito.

16.15 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.

16.16 Caso seja necessário solicitar a modificação da marca de algum item do contrato durante sua vigência, tal solicitação deverá ser formalizada por escrito, indicando a justificativa do pedido e qual a nova marca indicada para posterior análise e

aprovação da contratante.

16.17 A modificação da marca nos termos acima descritos está sujeita à aprovação prévia do Gerenciador/Contratante, por meio de ato discricionário, no qual será avaliado o cabimento do pedido ante a justificativa apresentada e a compatibilidade da nova marca com as exigências previamente definidas no instrumento convocatório. Neste caso, poderá ser solicitada amostra da nova marca para verificação e aprovação do setor técnico, a fim de permitir a análise das características do produto ofertado.

16.18 Todo e qualquer custo decorrente do processo de troca de marca de item constante do contrato correrá por conta e risco exclusivo do fornecedor/da contratada.

16.19 Disponibilizar profissionais certificados pelo fabricante dos produtos para a execução dos serviços contratados - instalação de controle de acesso composto por catracas e facial.

16.20 A Contratada se compromete a firmar Termo de responsabilidade com base na Resolução SENAC/PE nº 003/2014, com o objetivo de atender as disposições da Lei nº 12.846/2013 – Lei de Anticorrupção.

17 DOS DEVERES DO GERENCIADOR/DO CONTRATANTE

17.1 Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

17.2 Manter local disponível para o recebimento dos equipamentos.

17.3 Exercer a fiscalização dos serviços por colaborador designado.

17.4 Prover o ambiente com os recursos e tecnologias necessárias à realização do treinamento.

17.5 Disponibilizar o servidor para instalação do software de gestão;

17.6 Disponibilizar pontos lógicos e elétricos para instalação dos dispositivos de controle de acesso;

17.7 Garantir as adequações decorrentes de obra civil, como por exemplo: barreiras de vidro para os corredores das catracas de controle de acesso, cortes de piso para instalação de pontos elétricos e lógicos das catracas e terminais faciais de porta, dentre outras adequações necessárias;

17.8 Autorizar, quando necessário, a saída da Sede do SENAC/PE de equipamentos a serem substituídos.

17.9 Fornecer atestado de capacidade técnica à CONTRATADA ao FORNECEDOR, quando solicitado, desde que as obrigações contratuais tenham sido atendidas.

17.10 Notificar o FORNECEDOR sobre qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos equipamentos.

17.11 Efetuar, com pontualidade, o pagamento à contratada, após entrega dos equipamentos, de acordo com os prazos estabelecidos.

18 DO RECEBIMENTO

18.1 O recebimento dar-se-á em duas etapas:

18.1.1 **PROVISORIAMENTE** – no ato da entrega, para efeito de posterior verificação de conformidade dos equipamentos com as especificações;

18.1.2 **DEFINITIVAMENTE** – no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, após a conferência, verificação das especificações, qualidade e conformidade dos equipamentos entregues com a proposta apresentada.

18.2 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da licitante pela veracidade das informações e pela qualidade dos produtos fornecidos, devendo a mesma, substituir, no prazo de até **30 (trinta) dias**, sem ônus adicional para o Senac-PE, qualquer produto que não atenda às especificações ou apresente defeito de fabricação ou baixa qualidade, sob pena de ser considerada inadimplente, e ficar sujeita à aplicação das penalidades previstas neste edital.

19 DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

19.1 Os equipamentos físicos deverão ser entregues devidamente acondicionados em embalagens adequadas, que utilize preferencialmente materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem.

20 CLÁUSULA DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

20.1 O funcionário _____ será o fiscal do Contrato e _____ será a gestora do Contrato.

20.2 Das competências:

20.2.1 Ao gestor da ata de registro de preços/contrato cumpre conhecer a documentação relativa à ata de registro de preços/contrato e os artefatos produzidos na fase de planejamento da contratação; realizar consultas e registros em sistemas;

20.2.2 Receber solicitação do fiscal da ata de registro de preços/contrato requerendo a abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades, com todos os documentos pertinentes; receber documentos relativos à ata de registro de preços/contrato, respondendo ou encaminhando à autoridade competente para as providências cabíveis; acompanhar saldo e vigência da ata de registro de preços/contrato; manifestar-se sobre a regularidade da execução da ata de registro de preços/contrato para fins de devolução da garantia, quando houver;

20.2.3 Realizar os procedimentos quanto aos aspectos que envolvam prorrogação, alteração, reequilíbrio econômico-financeiro, reajuste, repactuação, eventual aplicação de sanções, extinção da ata de registro de preços/contrato, dentre outros.

20.3 Aos fiscais da ata de registro de preços/contrato cumpre conhecer a documentação relativa à ata de registro de preços/contrato e os artefatos produzidos na fase de planejamento da contratação; identificar itens da ata de registro de preços/contrato ou termo de referência que acompanhará durante a prestação dos serviços; fiscalizar diretamente o cumprimento da execução da ata de registro de preços/contrato, realizando o controle e o acompanhamento de todas as ações atinentes da ata de registro de preços/contrato, em conformidade com o previsto no edital, na proposta da contratada na ata de registro de preços/contrato e seus aditivos;

20.4 Registrar as faltas cometidas pela contratada como uma ocorrência para notificar à contratada, solicitando a justificativa e o prazo para regularização, através do “Modelo de comunicado/notificação à contratada”, por escrito ou pelo sistema;

20.5 Solicitar a abertura de processo administrativo para apuração das irregularidades na execução da ata de registro de preços/contrato e aplicação das sanções à contratada, de acordo com as regras previstas na ata de Registro de Preços/contrato;

20.6 Acompanhar e avaliar a qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e as não conformidades com os termos da ata de registro de preços/contrato, considerando as justificativas apresentadas pela contratada;

20.7 Acompanhar a correção e a readequação das faltas cometidas pela contratada quanto à documentação e outros aspectos administrativos da ata de registro de preços/contrato, utilizando as funcionalidades de ocorrências em sistemas; encaminhar documentação para o gestor da ata de registro de preços/contrato objetivando a abertura de processo administrativo no que se refere as irregularidades e descumprimentos constatados para apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis;

20.8 Realizar pesquisa de mercado para a prorrogação da vigência da ata de registro de preços/contrato. Concluída a pesquisa, o fiscal a encaminhará ao gestor da ata de registro de preços/contrato, para ciência e providências, e realizará a negociação objetivando a redução de preços, quando necessário, de modo a viabilizar economicamente as prorrogações da ata de registro de preços/contrato;

20.9 Enviar ao gestor da ata de registro de preços/contrato os documentos relacionados aos pedidos de reajuste, repactuação e reequilíbrio, juntando-o digitalmente ao processo de contratação em sistemas;

20.10 Solicitar assessoramento técnico necessário; efetuar o Termo de Recebimento Definitivo do objeto contratado, através de atesto de que os serviços prestados, os bens ou materiais fornecidos atendem aos requisitos estabelecidos na ata de registro de preços/contrato; Prestar apoio, quando solicitado;

20.11 Após o término da ata de registro de preços/contrato, manter o registro de ocorrências relativas à ata de registro de preços/contrato de acordo com o tempo de guarda do documento estabelecido em normativo e enviar uma cópia digitalizada do relatório destes registros ao setor de documentação para arquivamento.

20.12 Caso haja qualquer alteração quanto ao gestor e/ou quanto aos fiscais da Ata de registro de preços/contrato, o novo gestor e/ou o novo fiscal deverá(ão) assinar o Termo de Responsabilidade pela gestão e fiscalização da Ata de registro de preços/contrato. A CONTRATANTE comunicará esta alteração através de ofício para a CONTRATADA.

20.13 As pesquisas de mercado, atendendo à conveniência e ao interesse do SENAC-PE, poderão ser realizadas por entidades especializadas, assim também ser utilizadas pesquisas efetuadas por órgãos públicos.

21. DA ELABORAÇÃO DO TR

21.1. Participou da elaboração do presente Termo de Referência: _____.

21.2. Equipe técnica: _____

ANEXO II - Modelo da Proposta Comercial Ajustada (sugerido)

Local, _____ de _____ de 2026.

AO

REF: Pregão Eletrônico nº 023/CPL/2026

Apresentamos a proposta comercial para a aquisição e instalação de equipamentos e software de controle de acesso para o SENAC Sede – Prédio José Anchieta Alves, visando aumentar a segurança de alunos e funcionários da unidade, conforme especificações e condições constantes **no edital**.

OBSERVAÇÕES:

1. SEGUE ABAIXO MODELO DE TABELA PARA QUE AS EMPRESAS INTERESSADAS ADEQUEM AOS RESPECTIVOS ITENS QUE DESEJAM CONCORRER.

2. A licitante deverá indicar o tipo de recipiente ou invólucro nos quais os produtos serão entregues e qual a forma de agrupamento das unidades de cada produto, quando aplicável, com objetivo de criar melhores condições para distribuição, transporte e armazenagem. As embalagens agrupadas deverão proteger o conteúdo, acondicionando-os de modo a minimizar avarias e possibilitar um adequado acondicionamento dos mesmos em nosso Almoxarifado Sede.

2.1 A indicação das informações retromencionadas não terá caráter desclassificatório, podendo a Comissão de Licitação/o(a) Pregoeiro(a) realizar diligências para complementar e esclarecer as informações, caso não estejam devidamente indicadas na proposta comercial da licitante.

3. A licitante deverá ofertar preço para todos os itens do lote que tem interesse em participar. A ausência de oferta de preço de quaisquer dos itens do lote ofertado implicará na desclassificação de sua proposta com relação ao respectivo lote.

3.1 Se for ofertado mesmo produto (marca e modelo) para itens diferentes, não serão aceitos valores diferentes.

LOTE ÚNICO					
Item	Descrição	Quantidade	Marca	Valor unitário	Valor Total
1	CATRACA TIPO SWING (PORTA) LATERAL ESQUERDA – PCD 900MM	2			
2	CATRACA TIPO SWING (PORTA) CENTRAL – PCD 900MM/900MM	1			
3	CATRACA TIPO SWING (PORTA) LATERAL DIREITA – PCD 900MM	2			
4	TERMINAL FACIAL PARA CATRACA	6			
5	SUPORTE TERMINAL FACIAL DE CATRACA	6			
6	LICENÇA UNITÁRIA PARA DISPOSITIVO DE CONTROLE DE ACESSO	6			
7	TREINAMENTO	1			
8	INSTALAÇÃO	1			
VALOR GLOBAL DO LOTE			R\$ XXX		

1. O valor global da proposta importa em R\$ (.....).

Declarar expressamente que os preços ofertados englobam todas as despesas que incidem sobre o objeto licitado, tais como frete, taxas, transporte, mão de obra, deslocamentos de pessoal, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o

fornecimento, abrangendo, assim, todos os custos necessários à execução do objeto e a manutenção destas condições durante a vigência do Contrato.

2. Prazo e local de entrega:

O prazo de entrega dos produtos será de no máximo 90 (noventa) dias corridos, a contar da emissão / recebimento da **Autorização de Fornecimento/Requisição/Pedido de Compra**, sem custo adicional, no Almoarifado Sede-Recife, localizado na Avenida Visconde de Suassuna, nº 500 – **Subsolo do Prédio Administrativo Pelópidas Soares**, Santo Amaro, Recife/PE. Nas **terças e quartas, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas**.

3. Validade da proposta:

Declaro que a nossa proposta de preços tem a validade de ____ dias (não poderá ser inferior a 60 dias corridos), contados da data de sua abertura.

4. Dados para pagamento: Banco, Agência, Conta Corrente.....

5. Informar os dados do representante legal da empresa que assinará o Contrato: nome, nacionalidade, estado civil, profissão, CPF, RG, endereço, e-mail.

Atenciosamente,

(Nome e Assinatura do Representante Legal)

ANEXO III – MODELO DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DO(S) RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICO(S)

Declaramos, em atendimento ao previsto no Edital, que o(a) Sr(a) _____, portador(a) do CPF/MF nº. _____ e inscrito(a) no CREA/CAU _____ sob o nº. _____ é o(a) nosso(a) indicado(a) como Responsável Técnico para a execução do objeto do Pregão Eletrônico nº 045/CPL/2025.

Local, de de 2026

Carimbo da empresa e assinatura do Representante Legal da Empresa

Carimbo e assinatura do profissional indicado como Responsável Técnico

OBSERVAÇÃO: Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa licitante e estar devidamente assinado por seu representante legal.

ANEXO IV – PLANTAS UNIDADES

Link disponível: [Anexos - Controle de Acesso](#)

ANEXO V

PROCESSO LICITATÓRIO Nº PE 023.2026

TERMO DE COMPROMISSO FUTURO DE CONTRATAÇÃO

A empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita sob o CNPJ Nº xxxxxx, declara para fins de participação no Processo Licitatório nº PE023.2026, que o profissional abaixo relacionado integrará a equipe técnica desta empresa, sendo contratado para a aquisição e instalação de equipamentos e software de controle de acesso para o SENAC Sede – Prédio José Anchieta Alves.

Nome:

RG:

VÍNCULO PROFISSIONAL:

Recife, de 2026

Representante da empresa

Nome do profissional _____
CPF: _____

ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/CPL/2026

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.485.324/0001-55, com sede na Avenida Visconde de Suassuna, nº 500, Santo Amaro - Recife/PE, representado pelo Diretor Regional Sr., brasileiro, casado, economista, CPF/MF nº_; e pelo Diretor Administrativo Financeiro Sr., brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob o nº_, portador da identidade SSP PE; residentes e domiciliados nesta cidade do Recife, considerando o julgamento do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/CPL/2026, homologado em XX, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes deste Contrato, sujeitando-se as partes à Resolução Senac nº 1270/2024; à

Instrução Normativa nº 001/07 do Senac-PE e demais normas legais aplicáveis, acordam em contratar, como ora o fazem, o adiante descrito, na forma seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Contrato a aquisição e instalação de equipamentos e software de controle de acesso com mecanismo de catracas com reconhecimento facial, para o SENAC Sede – Prédio José Anchieta Alves, visando aumentar a segurança de alunos e funcionários da unidade, conforme condições previstas neste Contrato e quantidades discriminadas na tabela abaixo:

LOTE ÚNICO				
Item	Descrição	Quantidade	Marca	Valor unitário
1	CATraca TIPO SWING (PORTA) LATERAL ESQUERDA – PCD 900MM	2		
2	CATraca TIPO SWING (PORTA) CENTRAL – PCD 900MM/900MM	1		
3	CATraca TIPO SWING (PORTA) LATERAL DIREITA – PCD 900MM	2		
4	TERMINAL FACIAL PARA CATRACA	6		
5	SUPORTE TERMINAL FACIAL DE CATRACA	6		
6	LICENÇA UNITÁRIA PARA DISPOSITIVO DE CONTROLE DE ACESSO	6		
7	TREINAMENTO	1		
8	INSTALAÇÃO	1		
VALOR GLOBAL			R\$ XXX	

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1. CÓDIGO MXM: P009233 - CATRACA TIPO SWING (PORTA) LATERAL ESQUERDA – PCD 900MM:

- 2.1.1. Deve ser do tipo swing;
- 2.1.2. Deverá possuir porta com material transparente, a exemplo de vidro temperado/ acrílico.
- 2.1.3. Deve possuir no mínimo 10 pares de detectores IR.
- 2.1.4. Deve possuir Interface de comunicação de contato seco;
- 2.1.5. Deve conter motor elétrico com capacidade de fluxo de, no mínimo, 5.000.000 aberturas/fechamentos;
- 2.1.6. Deve possuir largura mínima de passagem de 900 mm;
- 2.1.7. Deve se ter abertura com porta do tipo swing, de tal modo que não necessite de contato físico humano após acionamento do relé do mesmo;
- 2.1.8. Deve conter pelo menos 10 pares de sensores;
- 2.1.9. Deve conter indicador de LED para direcionamento de passagem;
- 2.1.10. Deve possibilitar configuração de duração da validação/autenticação de passagem;
- 2.1.11. Se o indivíduo não realizar o acesso durante determinado período, aquele evento de acesso é cancelado
- 2.1.12. Deve possibilitar solução de permanência de abertura de porta quando acionado alarme de incêndio do equipamento
- 2.1.13. Deve possibilitar pleno controle e gestão via software, de modo a garantir total compatibilidade na gestão, sendo obrigatório o conjunto (autenticador facial instalado a parte na catraca, a catraca e o software de gestão) serem do mesmo fabricante;
- 2.1.14. Através do terminal facial instalado, deve liberar os usuários cadastrados com permissão no sistema, independente se a rede estiver online ou offline;
- 2.1.15. Também deve suportar a autenticação por cartão;
- 2.1.16. Deve possibilitar passagem pelo menos 60 pessoas por minuto;
- 2.1.17. Estrutura do equipamento deve ser de aço inox de pelo menos, 1,5mm de espessura "As dimensões devem ficar obrigatoriamente entre os seguintes padrões:
- 2.1.18. Profundidade: (De 1500mm a no máximo 1503mm);
- 2.1.19. Altura: (De 1000mm a no máximo 1003mm);

- 2.1.20. Largura: (De 120mm a no máximo 147mm);"
- 2.1.21. Seu peso líquido não deve ultrapassar 89kg;
- 2.1.22. Deve possibilitar recebimento de alimentação de 100 a 240 VAC ou caso não seja alimentada no padrão supracitado, deve possuir fonte interna que respeite o input de 100 a 240VC para alimentação da catraca com a energia necessária;
- 2.1.23. O motor deve consumir em standby no máximo 40w;
- 2.1.24. Deve possibilitar funcionamento em temperatura ambiente de -10°C a 60 °C;
- 2.1.25. Deve possibilitar implantação em ambientes internos;
- 2.1.26. Deve possibilitar instalação de terminal de controle de acesso Facial na catraca;

2.2. CÓDIGO MXM: P009234 - CATRACA TIPO SWING (PORTA) CENTRAL – PCD 900MM/900MM:

- 2.2.1. Deve ser do tipo swing;
- 2.2.2. Deverá possuir porta com material transparente, a exemplo de vidro temperado/ acrílico.
- 2.2.3. Deve possuir no mínimo 10 pares de detectores IR.
- 2.2.4. Deve possuir Interface de comunicação de contato seco;
- 2.2.5. Deve conter motor elétrico com capacidade de fluxo de, no mínimo, 5.000.000 aberturas/fechamentos;
- 2.2.6. Deve possuir largura mínima de passagem de 900 mm de um lado e 900mm do outro;
- 2.2.7. Deve se ter abertura com porta do tipo swing, de tal modo que não necessite de contato físico humano após acionamento do relé do mesmo;
- 2.2.8. Deve conter pelo menos 10 pares de sensores;
- 2.2.9. Deve conter indicador de LED para direcionamento de passagem;
- 2.2.10. Deve possibilitar configuração de duração da validação/autenticação de passagem;
- 2.2.11. Se o indivíduo não realizar o acesso durante determinado período, aquele evento de acesso é cancelado
- 2.2.12. Deve possibilitar solução de permanência de abertura de porta quando acionado alarme de incêndio do equipamento
- 2.2.13. Deve possibilitar pleno controle e gestão via software, de modo a garantir total compatibilidade na gestão, sendo obrigatório o conjunto (autenticador facial instalado a parte na catraca, a catraca e o software de gestão) serem do mesmo fabricante;
- 2.2.14. Através do terminal facial instalado, deve liberar os usuários cadastrados com permissão no sistema, independente se a rede estiver online ou offline;
- 2.2.15. Também deve suportar a autenticação por cartão;
- 2.2.16. Deve possibilitar passagem pelo menos 60 pessoas por minuto;
- 2.2.17. Estrutura do equipamento deve ser de aço inox de pelo menos, 1,5mm de espessura
- 2.2.18. "As dimensões devem ficar obrigatoriamente entre os seguintes padrões:
- 2.2.19. Profundidade: (De 1500mm a no máximo 1503mm);
- 2.2.20. Altura: (De 1000mm a no máximo 1003mm);
- 2.2.21. Largura: (De 120mm a no máximo 147mm);"
- 2.2.22. Seu peso líquido não deve ultrapassar 128kg;
- 2.2.23. Deve possibilitar recebimento de alimentação de 100 a 240 VAC ou caso não seja alimentada no padrão supracitado, deve possuir fonte interna que respeite o input de 100 a 240VC para alimentação da catraca com a energia necessária;
- 2.2.24. O motor deve consumir em standby no máximo 40w;
- 2.2.25. Deve possibilitar funcionamento em temperatura ambiente de -10°C a 60 °C;
- 2.2.26. Deve possibilitar implantação em ambientes internos;
- 2.2.27. Deve possibilitar instalação de terminal de controle de acesso Facial na catraca;

2.3. CÓDIGO MXM: P009235 - CATRACA TIPO SWING (PORTA) LATERAL DIREITA – PCD 900MM:

- 2.3.1. Deve ser do tipo swing;
- 2.3.2. Deverá possuir porta com material transparente, a exemplo de vidro temperado/ acrílico.
- 2.3.3. Deve possuir no mínimo 10 pares de detectores IR.
- 2.3.4. Deve possuir Interface de comunicação de contato seco;
- 2.3.5. Deve conter motor elétrico com capacidade de fluxo de, no mínimo, 5.000.000 aberturas/fechamentos;
- 2.3.6. Deve possuir largura mínima de passagem de 900 mm;
- 2.3.7. Deve se ter abertura com porta do tipo swing, de tal modo que não necessite de contato físico humano após acionamento do relé do mesmo;
- 2.3.8. Deve conter pelo menos 10 pares de sensores;

- 2.3.9. Deve conter indicador de LED para direcionamento de passagem;
- 2.3.10. Deve possibilitar configuração de duração da validação/autenticação de passagem;
- 2.3.11. Se o indivíduo não realizar o acesso durante determinado período, aquele evento de acesso é cancelado
- 2.3.12. Deve possibilitar solução de permanência de abertura de porta quando acionado alarme de incêndio do equipamento
- 2.3.13. Deve possibilitar pleno controle e gestão via software, de modo a garantir total compatibilidade na gestão, sendo obrigatório o conjunto (autenticador facial instalado a parte na catraca, a catraca e o software de gestão) serem do mesmo fabricante;
- 2.3.14. Através do terminal facial instalado, deve liberar os usuários cadastrados com permissão no sistema, independente se a rede estiver online ou offline;
- 2.3.15. Também deve suportar a autenticação por cartão;
- 2.3.16. Deve possibilitar passagem pelo menos 60 pessoas por minuto;
- 2.3.17. Estrutura do equipamento deve ser de aço inox de pelo menos, 1,5mm de espessura "As dimensões devem ficar obrigatoriamente entre os seguintes padrões:
- 2.3.18. Profundidade: (De 1500mm a no máximo 1503mm);
- 2.3.19. Altura: (De 1000mm a no máximo 1003mm);
- 2.3.20. Largura: (De 120mm a no máximo 147mm);"
- 2.3.21. Seu peso líquido não deve ultrapassar 89kg;
- 2.3.22. Deve possibilitar recebimento de alimentação de 100 a 240 VAC ou caso não seja alimentada no padrão supracitado, deve possuir fonte interna que respeite o input de 100 a 240VC para alimentação da catraca com a energia necessária;
- 2.3.23. O motor deve consumir em standby no máximo 40w;
- 2.3.24. Deve possibilitar funcionamento em temperatura ambiente de -10°C a 60 °C;
- 2.3.25. Deve possibilitar implantação em ambientes internos;
- 2.3.26. Deve possibilitar instalação de terminal de controle de acesso Facial na catraca;

2.4. CÓDIGO MXM: P009236/C100328 - TERMINAL FACIAL PARA CATRACA:

- 2.4.1. Controlador de acesso com autenticação por reconhecimento facial;
- 2.4.2 Tela mínima de 7”;
- 2.4.3 Tela sensível ao toque;
- 2.4.4 Detecção de máscara
- 2.4.5 Detecção de face por profundidade, para impossibilitar acesso por foto ou vídeo;
- 2.4.6 Capacidade para 50.000 cartões;
- 2.4.7 Capacidade para 50.000 faces;
- 2.4.8 Permitir importar ou exportar dados dos usuários através de interface USB;
- 2.4.9 Capacidade de armazenar 150.000 eventos ou capacidade de gravar até 300.000 mil registros de desbloqueio.
- 2.4.10 Deve possuir no mínimo 2 lentes;
- 2.4.11 Deve possuir resolução mínima de 2MP;
- 2.4.12 Deve possuir no mínimo conexão Ethernet de no mínimo 100 Mbps adaptativo;
- 2.4.13 Precisão de verificação da face maior ou igual a 99%;
- 2.4.14 Velocidade de comparação de face $\leq 0,3s$ por pessoa;
- 2.4.15 Distância de reconhecimento: 0,3 a 3 m;
- 2.4.16 NTP, sincronização manual de hora e sincronização automática;
- 2.4.17 Possuir interface RS-485
- 2.4.18 Deve possuir interface com suporte a Wiegand;
- 2.4.19 Deve possuir interface USB;
- 2.4.20 Deve possuir no mínimo 1 saída de alarme;
- 2.4.21 Deve possuir interface para botão de saída;
- 2.4.22 Deve possuir interface de entrada para contato com porta;
- 2.4.23 Deve possuir Tamper;
- 2.4.24 Deve possuir no mínimo Alimentação 12 VDC;
- 2.4.25 4.2.30 Deve funcionar com uma range de temperatura ambiente de -20°C a 60°C
- 2.4.26 Deve possuir no mínimo grau de proteção IP65;
- 2.4.27 Deve possuir suporte compatível para instalação em catraca;

2.4.28 Para garantir a total compatibilidade, o terminal facial deve ser do mesmo fabricante da catraca swing e do software de gestão.

2.5. CÓDIGO MXM: C100328 - SUPORTE TERMINAL FACIAL DE CATRACA

2.5.1 Suporte para leitor facial confeccionado em tubo e base redonda de aço inox com acabamento escovado.

2.5.2 Peso máximo de 800 gramas.

2.5.3 Acompanha parafusos e buchas para instalação em catraca.

2.6. CÓDIGO MXM: S000973/S000974/S000975/S000976 - SISTEMA DE GESTÃO E DEMAIS LICENÇAS DE CONTROLE:

2.6.1 Deverá ser compatível e capaz de gerenciar, configurar e monitorar os dispositivos deste projeto, como as câmeras, gravadores em rede, mesas controladoras, storages, servidores de analíticos e equipamentos de controle de acesso;

2.6.2 Deverá permitir o compartilhamento do banco de dados para futuras implementações em outras unidades do SENAC Pernambuco, de maneira que um indivíduo cadastrado na Unidade Sede possa acessar o mesmo sistema que já foi implantado na Unidade de Serra Talhada, sem haver a necessidade de um novo cadastramento de face. Desse modo, o aluno terá o acesso liberado nas catracas de Serra Talhada e Sede realizando apenas um cadastro no sistema.

2.6.3 Deve funcionar na arquitetura cliente x servidor, possibilitando a aplicação cliente ser instalada em desktops e versão móvel.

2.6.4 Detecção automática de dispositivos ip's do fabricante: deve suportar equipamentos de controle de acesso utilizando métodos plug & play, broadcast e varredura por faixa de IP;

2.6.5 Plataforma Aberta: deve possuir API/SDK aberta, suportando integração com hardware e aplicativos de terceiros;

2.6.6 Instalação em Windows 64 bits, as licenças do sistema operacional deverão ser fornecidas pela proponente como parte da solução;

2.6.7 Deve possuir assistentes de configuração para guiar o usuário por processo de adição de câmeras, a configuração de vídeo e gravação e configuração do usuário;

2.6.8 Deve possuir opção de configuração em massa, permitindo alterarem-se as configurações em vários dispositivos ao mesmo tempo com poucos cliques, independentemente de estarem no mesmo site ou remotos;

2.6.9 Deve possuir exportação/importação de dados de configuração do sistema e de usuários;

2.6.10 Sistema automático de pontos de restauração: deve permitir a reversão fácil de pontos de configuração previamente definidos, permitindo o cancelamento de mudanças de configuração indesejados e a restauração de configurações anteriores válidas;

2.6.11 Deve permitir a personalização da interface de administração de acordo com os direitos de cada usuário, concedendo permissões, restringindo funções e ocultando/desabilitando partes da interface para evitar o acesso indevido a ações restritas;

2.6.12 Deve possuir assistente de configuração de controle de acesso que possibilite fácil configuração das opções de controle de acesso do sistema.

2.6.13 As barreiras controladas pelos dispositivos de controle de acesso, que podem ser, mas não se limitando, portas, barreiras, cancelas, torniquetes, que doravante nos referenciaremos a estas barreiras a apenas como portas, deverão permitir a personalização das seguintes informações: nome da porta, dispositivo, sensor magnético da porta, tipo de botão de saída, duração de porta aberta, duração de abertura estendida, alarme de tempo limite de porta aberta, duração máxima de porta aberta.

2.6.14 Deve permitir a associação de câmeras a portas controladas pelo sistema de controle de acesso, possibilitando o armazenamento de imagens dos eventos gerados pelo controle de acesso.

2.6.15 Deve Permitir Gerenciamento de Pessoas com as seguintes características:

2.6.16 Adição das informações das pessoas uma a uma

2.6.17 Importação das informações de múltiplas pessoas em lote

2.6.18 Importação das faces das pessoas em lote

2.6.19 Formato do arquivo das faces: BMP, JPEG e PNG

2.6.20 Habilitar a pessoa com face cadastrada para acesso a dispositivos de acesso via reconhecimento facial

2.6.21 Habilitar a pessoa com digitais cadastradas para acesso a dispositivos de controle de acesso.

2.6.22 Deve permitir o cadastro de cartões de acesso sem fio para acesso a dispositivos de controle de acesso.

2.6.23 Deve permitir a configuração de gerenciamento de modelos de programação de horários de acesso, possibilitando configurar modelos de período de tempo que podem ser aplicados a níveis de controle de acesso.

2.6.24 Os níveis de controle de acesso devem permitir o gerenciamento da configuração das portas do sistema de controle de acesso, relacionando as pessoas autorizadas aos modelos de programação de horários de acesso, dessa forma permitir a criação de regras de quais pessoas podem acessar quais portas e em quais horários.

2.6.25 Deve suportar anti-passback em área em um dispositivo de controle de acesso ou em vários dispositivos.

- 2.6.26 Deve suportar rotas de anti-passback em um dispositivo de controle de acesso ou em vários dispositivos.
- 2.6.27 O sistema deve permitir a gestão de visitantes que podem ser atribuídos acessos aos sistemas de controle de acesso.
- 2.6.28 O administrador pode fazer reservas para visitantes no Web Client e no Mobile Client.
- 2.6.29 Deve suportar a importação em lote de informações de reserva de visitantes e substituição de visitantes repetidos.
- 2.6.30 Deve permitir a realização de reservas para visitantes em um navegador da web, digitalizando um código QR usando um telefone celular.
- 2.6.31 Deve suportar a habilitação de aprovação de reserva de autoatendimento. Quando ativado, todas as reservas de autoatendimento entrarão em vigor após a análise e aprovação do administrador.
- 2.6.32 Deve suportar a configuração de um grupo de visitantes padrão de reserva de autoatendimento.
- 2.6.33 O administrador deverá ser capaz de revisar os registros de reserva de autoatendimento e, em seguida, aprovar, rejeitar ou excluir as reservas.
- 2.6.34 Deve suportar o envio de um código de reserva de 4 ou 6 dígitos para o visitante por e-mail automaticamente ao fazer reservas.
- 2.6.35 Deve suportar a abertura de cancela quando os veículos dos visitantes chegam, se o número da placa for preenchido ao fazer as reservas.
- 2.6.36 Deve permitir que visitantes com uma reserva, possam fazer o check-in fornecendo o código de reserva ou número de telefone. As informações dos visitantes serão mostradas e podem ser editadas ou reabastecidas.
- 2.6.37 Deve permitir que para visitantes sem reserva, o operador possa fazer o check-in no local preenchendo as informações dos visitantes.
- 2.6.38 Deve permitir que para visitantes sem reserva, mas que já visitaram anteriormente, o operador possa selecionar as pessoas do grupo de visitantes para fazer um check-in rápido.
- 2.6.39 Deve oferecer suporte à exportação de informações de check-in do visitante e registros de acesso.
- 2.6.40 Deve suportar o envio de código QR para acesso às áreas permitidas para o e-mail dos visitantes se o endereço de e-mail for preenchido no check-in.
- 2.6.41 Deve suportar o check-out para os visitantes manualmente.
- 2.6.42 Deve oferecer suporte à configuração de vários pontos de acesso como pontos de verificação de autoatendimento.
- 2.6.43 Deve suportar check-out nos pontos de controle de acesso designados.
- 2.6.44 Suportar a personalização de motivos de visita.
- 2.6.45 Oferecer suporte à personalização de grupos de visitantes.
- 2.6.46 Oferecer suporte à personalização de modelos de e-mail de reserva.
- 2.6.47 Oferecer suporte à personalização de modelos de e-mail de check-in.
- 2.6.48 Suportar a personalização dos dígitos do código de reserva.
- 2.6.49 Oferecer suporte à personalização do horário de check-out padrão.
- 2.6.50 Oferecer suporte para definir os níveis de acesso dos visitantes e definir um nível de acesso padrão para novos visitantes.
- 2.6.51 Suportar a aplicação de níveis de acesso a dispositivos de controle de acesso automaticamente após o check-in.
- 2.6.52 Suportar a retirada dos níveis de acesso dos visitantes após o check out.
- 2.6.53 Suportar a movimentação de visitantes para a lista de bloqueio.
- 2.6.54 Suportar a remoção de visitantes da lista de bloqueio.
- 2.6.55 Suportar importação em lote de informações do visitante para a lista de bloqueio e substituição de visitantes repetidos.
- 2.6.56 Os operadores não deverão ser capazes de fazer reserva ou check-in para os visitantes na lista de bloqueio. Oferecer suporte à notificação do usuário ao reservar ou fazer check-in de visitantes na lista de bloqueio.
- 2.6.57 Ao fazer uma reserva ou fazer o check-in de um visitante, os operadores podem fazer upload de uma foto ou tirar uma foto por meio do webcam do PC ou da câmera do celular.
- 2.6.58 Ao fazer o check-in de um visitante, os usuários podem enviar uma foto ou tirar uma foto dos pertences do visitante por meio do webcam do PC ou da câmera do celular.
- 2.6.59 Suportar a notificação de um alarme quando um visitante não fizer check-out após o horário de check-out. O operador pode optar por habilitar o check-out automático ou habilitar a detecção de alarme para detectar visitantes que passam mais tempo.
- 2.6.60 Suportar filtragem e listagem de informações do visitante (categorizadas por total ou visitantes que não fizeram check-out).
- 2.6.61 Oferecer suporte à exportação dos resultados da pesquisa.
- 2.6.62 Suportar a busca de visitantes através da configuração de condições, incluindo nome, número de telefone, empresa, pessoa visitada, motivo da visita, hora da visita, status de check-in / out e status de temperatura da superfície da pele.
- 2.6.63 Oferece suporte à exportação dos resultados da pesquisa.

- 2.6.64 Suporta gravação do último ponto de acesso de um visitante.
- 2.6.65 Oferecer suporte à exportação dos resultados combinados para o PC local; as informações exportadas incluem as informações da pessoa e as informações do vídeo.
- 2.6.66 Suporta a reprodução de padrões na sequência de tempo no mapa.
- 2.6.67 Operação
- 2.6.68 Visualização ao vivo e reprodução: clientes de dispositivos móveis e computadores com suporte para visualizar, no mínimo, 9 câmeras de vários servidores por cliente;
- 2.6.69 Exibições de Janelas/Layouts: deve trabalhar com exibições contendo até 8x8 câmeras, Hot spot, Matriz, Sequencial, imagens estáticas e ativas, vídeos ao vivo ou gravados, mapas, distribuídos em todos os monitores do computador;
- 2.6.70 Controle de Entradas/ Saídas de Alarme: de câmeras ou dispositivos de I/O, de forma a exibir botões/eventos manuais, ou receber sinais de sistemas de intrusão ou controle de acesso;
- 2.6.71 Áudio multicanal bidirecional: deve permitir áudio ao vivo/gravado com reprodução instantânea no PC cliente, transmitindo voz pelo microfone a alto-falantes remotos;
- 2.6.72 Gravação manual: deve ser baseada em privilégios de acesso definido pelo administrador;
- 2.6.73 Deve possuir a geração de evidência através de quadros comentados (storyboard) permitindo maior detalhamento de trechos de vídeo e alarmes exportados;
- 2.6.74 Busca, backup e dados seguros:
- 2.6.75 Backup de Evidência: JPEG, AVI e formatos de dados nativos com software visualizador stand-alone, criptografia, registros, notas de usuários e impressão de relatórios;
- 2.6.76 Autenticação: contas de usuário do Microsoft Active Directory e nativos;
- 2.6.77 Autorização: contas de usuário e grupos do Microsoft Active Directory e perfis de usuário nativos do sistema, todos os privilégios de acesso/controle de ações permitidas no nível da câmera;
- 2.6.78 Deve suportar auditoria de usuários, registrando ações do usuário: comandos de operação do usuário por tempo, localizações, câmeras e operação do sistema;
- 2.6.79 Alerta: deve notificar os usuários por som ou e-mail em caso de detecção de evento;
- 2.6.80 Tecnologia de gravação: banco de dados seguro de alta velocidade de imagens JPEG ou fluxos MPEG4 e H264 e H.265 incluindo áudio;
- 2.6.81 Deve possuir monitoramento do sistema
- 2.6.82 Provas podem ser geradas com relatório impresso, imagem JPEG, AVI ou formato proprietário (com visualizador incluso) ou ainda exportar vídeo em formato padrão de mercado;
- 2.6.83 Deve possuir criptografia e opção de senha de proteção para gravações e arquivos exportados;
- 2.6.84 Deve possuir interface proprietária, desenvolvida pelo mesmo fabricante;
- 2.6.85 Permitir no Modo de Controle de Acesso:
- 2.6.86 Exibição de imagens ao vivo de pontos de controle de acesso vinculados a câmeras de monitoramento
- 2.6.87 Reprodução de eventos de abertura de porta dos pontos de controle de acesso vinculados a câmeras de monitoramento
- 2.6.88 Controle dos pontos de acesso para abrir, fechar, manter aberto ou manter fechado
- 2.6.89 Visualizar registro em tempo real de passagens de cartão de acesso
- 2.6.90 Busca de eventos de controle de acesso nos pontos de acessos adicionados
- 2.6.91 Inscrição para receber o alerta do evento via e-mail ou aplicativo no smartphone
- 2.6.92 Cliente Móvel:
- 2.6.93 Deve possuir aplicativos gratuitos para dispositivos mobile (IOS, Android);
- 2.6.94 Deve permitir a visualização de múltiplas imagens simultaneamente;
- 2.6.95 Deve suportar mapas multicamadas nos formatos JPEG, PNG;
- 2.6.96 Deve suportar mapas no formato JPEG/PNG;
- 2.6.97 Deve suportar mapas online GIS MAP;
- 2.6.98 Opções De Integração:
- 2.6.99 Deve ser compatível com software supervisor de alarmes e estado de dispositivos para grandes instalações;
- 2.6.100 Licenças:
- 2.6.101 Deve estar composto por Licença de Sistema Obrigatório para a instalação do produto, não possuindo limite de validade;
- 2.6.102 Licença de controle de acesso: é necessária para cada porta a ser controlada pelo sistema em seu módulo de controle de acesso.
- 2.6.103 Todos os softwares clientes não deverão ser licenciados e podem ser instalados e utilizados em qualquer número de computadores, de forma gratuita.

2.7 CÓDIGO MXM: S000265 – TREINAMENTO

2.7.1 Deverá ser realizado treinamento para solução de controle de acesso nos níveis de operação, administração e manutenção com no mínimo 08 horas aos usuários da solução.

2.7.2 O treinamento deverá ser realizado nas dependências do SENAC Sede – Gerência de Tecnologia da Informação na cidade de Recife/PE.

2.7.3 Não será aceito treinamento na modalidade remota ou online.

2.7.4 Deverá ser providenciada apostila com o conteúdo a ser ministrado no treinamento, que poderá ser entregue em formato digital. A entrega da apostila deverá ser feita antes da realização do treinamento.

2.8 CÓDIGO MXM: S00942 – SERVIÇO DE INSTALAÇÃO/DESINSTALAÇÃO – EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Todo o sistema de controle de acesso, englobando as catracas, suporte, terminais de reconhecimento facial e acessórios deverão ser instaladas no novo Senac Sede – Prédio José Anchieta Alves, situado na Av. Visconde de Suassuna, 500, Santo Amaro, Recife/PE, CEP: 50.050-540.

2.9 LICENÇA UNITÁRIA PARA DISPOSITIVO DE CONTROLE DE ACESSO:

2.9.1 Licença para habilitar o dispositivo de controle de acesso, dentro do software de gestão.

2.10 LICENÇA PARA MÓDULO DE VISITANTE:

2.10.1 Licença para habilitar o módulo de gestão dos visitantes dentro do software de gestão.

2.11 LICENÇA PARA MÓDULO BASE DE CONTROLE DE ACESSO:

2.11.1 Licença para habilitar o módulo de controle de acesso dentro do software de gestão.

2.11.2 Locais para instalação das catracas:

2.11.3 As catracas deverão ser instaladas no prédio José Anchieta Alves – SENAC Sede, situado na Av. Visconde de Suassuna, 500 – Santo Amaro, Recife/PE, CEP: 50.050-540. Abaixo, segue a tabela com os locais de instalação para catracas com terminais faciais:

Local da planta:	Dispositivo de controle de acesso:	Quantidade:
ENTRADA PRINCIPAL	CATRACA TIPO SWING (PORTA) LATERAL ESQUERDA – PCD 900MM	1
ENTRADA PRINCIPAL	CATRACA TIPO SWING (PORTA) CENTRAL – PCD 900MM/900MM	1
ENTRADA PRINCIPAL	CATRACA TIPO SWING (PORTA) LATERAL DIREITA – PCD 900MM	1
ACESSO CORREDOR DE CIRCULAÇÃO	CATRACA TIPO SWING (PORTA) LATERAL ESQUERDA – PCD 900MM	1
ACESSO CORREDOR DE CIRCULAÇÃO	CATRACA TIPO SWING (PORTA) LATERAL DIREITA – PCD 900MM	1

2.11.4 Nas Fotos e Diagramas - Diagrama 01, é possível observar a ilustração do layout da entrada principal do prédio, onde se vê que as catracas serão instaladas logo após a estação de atendimento, e do acesso pelo corredor de circulação, disponível no link: [Anexos - Controle de Acesso](#);

2.11.5 Fica estabelecido que todas as licenças de software fornecidas no âmbito desta contratação possuirão caráter perpétuo, de modo que, uma vez devidamente adquiridas e ativadas, poderão ser utilizadas por prazo indeterminado, sem a necessidade de pagamentos recorrentes ou renovações periódicas, ressalvadas eventuais contratações adicionais de suporte, atualização ou manutenção, quando aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor total do contrato é de R\$ XXX (XXXX), considerando os valores unitários e mensais informados, conforme tabela abaixo:

LOTE ÚNICO						
Item	Especificação Técnica	Unidade	Quantidade Total	Fabricante/ marca/ modelo/ linha (se houver)	Valor Unitário	Valor Total
01	XXXXXXX APRESENTAÇÃO					
.						
.						
.						
	XXXXXXX APRESENTAÇÃO					
VALOR GLOBAL DO LOTE:						

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 4.1 O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado pelo tempo necessário à conclusão do objeto, conforme justificativa devidamente motivada, nos termos do § 4º do art. 33 da Resolução Senac nº 1.270/2024.
- 4.2 Os contratos poderão ser acrescidos em até 50% do valor global atualizado do contrato, mediante justificativa e termo aditivo.
- 4.3 As supressões poderão ser realizadas nos limites estabelecidos na Resolução Senac 1270/2024.
- 4.4 Os prazos de execução do presente contrato seja para entrega e/ou instalação de produtos ou serviços não poderão ultrapassar os prazos estipulados conforme o quadro a seguir, que serão contados a partir da data de SOLICITAÇÃO/ORDEM DE COMPRA OU SERVIÇO, devendo estar em até 90 dias todo o sistema 100% de funcional, considerando:

PRODUTOS/SERVIÇOS	PRAZO (em dias corridos)
Instalação das catracas / suporte / terminais faciais	Até 80 dias
Instalação terminal facial de porta / acessórios e fechadura eletromagnética	Até 85 dias
Instalação e configuração do software de gestão e demais licenças	Até 87 dias
Treinamento	Até 90 dias

- 4.5 A CONTRATADA deverá realizar o treinamento nas dependências do SENAC Sede Recife/PE, com duração mínima de 8 horas úteis;
- 4.5.1 Não será aceito treinamento na modalidade remota ou online;
- 4.5.2 A CONTRATADA deverá providenciar apostila com o conteúdo a ser ministrado no treinamento, que poderá ser entregue em formato digital. A entrega da apostila deverá ser feita antes da realização do treinamento.

CLÁUSULA QUINTA – DEVERES DA CONTRATADA

- 5.1 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste contrato;
- 5.2 Guardar sigilo sobre toda a configuração do ambiente do SENAC, bem como sobre todas as informações relativas às bases de dados usadas na implementação do sistema.
- 5.3 Manter todos os arquivos de configuração nas dependências do SENAC, não podendo armazenar nenhum arquivo de configuração em outro local que não seja aquele indicado e autorizado pela GTI;
- 5.4 Manter o ambiente para abertura de chamados pela CONTRATANTE;

5.5 Quando necessária a saída de equipamentos para substituição/troca pelo FORNECEDOR, esse ficará obrigado a providenciar a retirada e posterior devolução dos novos produtos, sem qualquer custo adicional para o SENAC/PE, exceto em casos de exposição a produtos químicos ou água (caso não possua o índice de proteção “IP” adequado), mau uso, vandalismo ou em caso de danos por fatores de desastres naturais;

5.6 Apresentar declaração indicando o nome, CPF, número do registro no CREA da região competente, do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto da contratação. O nome do responsável técnico indicado deverá ser o mesmo que constar dos atestados de responsabilidade técnica apresentados pela qualificação técnica da licitante;

5.7 Comunicar ao Contratante, com antecedência, a data efetiva da entrega dos equipamentos;

5.8 Entregar os equipamentos no SENAC-PE – Sede, localizado no endereço Av. Visconde de Suassuna, 500 – Santo Amaro – Recife/PE, CEP: 50.050-540, nos seguintes dias e horários:

segundas a sextas-feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, imprerivelmente, sem custo adicional, no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, a contar

da emissão/recebimento da Autorização de Fornecimento/Requisição/Pedido;

5.9 Realizar o treinamento nas dependências do SENAC em Recife, em conformidade com as cláusulas contratuais descritas anteriormente.

5.10 Serão de responsabilidade da CONTRATADA o transporte, carga e descarga dos equipamentos, sem qualquer custo adicional para o SENAC/PE.

5.11 Comunicar ao Senac, com antecedência mínima de 24 horas, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

5.12 Fazer acompanhar, quando da entrega dos equipamentos, a respectiva NF-e - Nota Fiscal Eletrônica.

5.13 Substituir, às suas expensas, os equipamentos com defeito de fabricação ou baixa qualidade, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar da data da notificação que será expedida pelo SENAC/PE.

5.13.1 Não sendo o vício sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, o contratante poderá exigir, alternativamente e à sua escolha, a substituição do produto, a restituição imediata da quantia paga, o abatimento proporcional do preço, bem como aplicar as demais hipóteses estabelecidas no art. 18 do Código de Defesa do Consumidor.

5.14 Responder integralmente por perdas e danos que vierem a ser causados ao SENAC/PE ou a terceiros, em razão de ação, omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, em relação aos produtos fornecidos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeito.

5.15 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.

5.16 Caso seja necessário solicitar a modificação da marca de algum item do contrato durante sua vigência, tal solicitação deverá ser formalizada por escrito, indicando a justificativa do pedido e qual a nova marca indicada para posterior análise e aprovação da CONTRATANTE.

5.17 A modificação da marca nos termos acima descritos está sujeita à aprovação prévia do Gerenciador/Contratante, por meio de ato discricionário, no qual será avaliado o cabimento do pedido ante a justificativa apresentada e a compatibilidade da nova marca com as exigências previamente definidas no instrumento convocatório. Neste caso, poderá ser solicitada amostra da nova marca para verificação e aprovação do setor técnico, a fim de permitir a análise das características do produto ofertado.

5.18 Todo e qualquer custo decorrente do processo de troca de marca de item constante do contrato correrá por conta e risco exclusivo do fornecedor/da contratada.

5.19 Disponibilizar profissionais certificados pelo fabricante dos produtos para a execução dos serviços contratados.

5.20 A CONTRATADA se compromete a firmar Termo de responsabilidade com base na Resolução SENAC/PE nº 003/2014, com o objetivo de atender as disposições da Lei nº 12.846/2013 – Lei de Anticorrupção.

5.21 O SENAC-PE poderá, a seu exclusivo critério, solicitar à CONTRATADA a substituição de qualquer profissional vinculado a essa, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina ou ao interesse da Instituição.

5.22 Quando necessária a saída de materiais para substituição/troca pelo FORNECEDOR, esse ficará obrigado a providenciar a retirada e posterior devolução dos novos materiais, sem qualquer custo adicional para o SENAC/PE.

5.23 Comunicar ao Contratante, com antecedência, a data efetiva da entrega dos materiais.

CLÁUSULA SEXTA - DEVERES DO CONTRATANTE

6.1 Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

6.2 Manter local disponível para o recebimento dos equipamentos.

6.3 Exercer a fiscalização dos serviços por colaborador designado.

6.4 Prover o ambiente com os recursos e tecnologias necessárias à realização do treinamento.

6.5 Disponibilizar o servidor para instalação do software de gestão;

6.6 Disponibilizar pontos lógicos e elétricos para instalação dos dispositivos de controle de acesso;

- 6.7 Garantir as adequações decorrentes de obra civil, como por exemplo: barreiras de vidro para os corredores das catracas de controle de acesso, cortes de piso para instalação de pontos elétricos e lógicos das catracas e terminais faciais de porta, dentre outras adequações necessárias;
- 6.8 Autorizar, quando necessário, a saída da Sede do SENAC/PE de equipamentos a serem substituídos.
- 6.9 Fornecer atestado de capacidade técnica à CONTRATADA, quando solicitado, desde que as obrigações contratuais tenham sido atendidas.
- 6.10 Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos equipamentos.
- 6.11 Efetuar, com pontualidade, o pagamento à contratada, após entrega dos equipamentos, de acordo com os prazos estabelecidos

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO, DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

7.1 Os equipamentos de controle de acesso e os demais itens deste Edital, devem ser instalados e estar em pleno funcionamento no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, a partir da emissão/recebimento da Autorização de fornecimento/Requisição/Pedido de Compra, podendo este prazo ser prorrogado desde que a CONTRATADA apresente ofício com todas as justificativas, cabendo à Contratada analisar e aprovar a solicitação.

7.2 O treinamento deverá ser realizado em até 10 dias corridos após a instalação dos equipamentos.

7.3 Compete à empresa CONTRATADA efetuar a entrega do material de acordo com as condições e prazos propostos, bem como efetuar a substituição daquele que apresentar defeito de fabricação ou baixa qualidade, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir de notificação por parte da contratante. O material deverá vir acompanhado de nota fiscal. Serão recusados os materiais que apresentarem defeitos ou cujas especificações não atendam às descrições dos objetos licitados.

7.3.1 Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, o contratante poderá exigir, alternativamente e à sua escolha, a substituição do produto, a restituição imediata da quantia paga, o abatimento proporcional do preço, bem como aplicar as demais hipóteses estabelecidas no art. 18 do Código de Defesa do Consumidor.

7.4 A empresa vencedora do certame deverá atender a todas as normas de segurança, responsabilizando-se exclusivamente, civil e criminalmente por todos e quaisquer eventos que ocorrerem no local de entrega informado.

7.5 Serão de responsabilidade da Contratada o transporte, carga e descarga dos materiais, sem qualquer custo adicional para o SENAC/PE.

7.6 Os produtos a serem fornecidos deverão ter em sua embalagem a indicação de marcas, estando devidamente identificados com o rótulo impresso de acordo com a legislação vigente, caso necessário; e em conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência.

7.7 O fornecimento dos produtos será realizado de acordo com as necessidades do Senac- PE.

7.8 O recebimento será considerado provisório até a verificação da conformidade do produto entregue com as especificações do objeto licitado. O prazo para verificação de conformidade será de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do material/produto. Decorrido esse prazo, o recebimento do material/produto será considerado definitivo.

7.9 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade do licitante pela veracidade das informações e pela qualidade dos produtos fornecidos, devendo o próprio, substituir, no prazo de até 30 (trinta) dias, sem ônus adicional para o SENAC/PE, qualquer produto que não atenda às especificações ou apresente defeito de fabricação ou baixa qualidade, sob pena de ser considerada inadimplente, e ficar sujeita à aplicação das penalidades previstas no edital.

7.9.1 Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, o contratante poderá exigir, alternativamente e à sua escolha, a substituição do produto, a restituição imediata da quantia paga, o abatimento proporcional do preço, bem como aplicar as demais hipóteses estabelecidas no art. 18 do Código de Defesa do Consumidor.

7.9.2 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade do contratado, nos termos das prescrições legais.

7.10 No caso de diferença de quantidade, fica o fornecedor obrigado a providenciar sua complementação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação a ser expedida, sob pena de incidência nas sanções da norma pertinente.

8 CLAUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA E ASSISTENCIA TECNICA

8.1 DO PRAZO DE GARANTIA: Os produtos deverão ter garantia por prazo não inferior a 36 (trinta e seis) meses, a partir da data de emissão da Nota Fiscal.

8.1.1 Durante o prazo de vigência da garantia, a empresa vencedora do certame se obriga a prestar assistência técnica apenas no caso de defeito dos produtos. Caso necessário, deve-se substituir as peças que apresentarem defeitos de fabricação, ou vícios decorrentes da montagem do objeto, em até 30 (trinta) dias úteis a contar do recebimento de comunicação escrita emitida pela Contratante.

8.1.1.1 Este prazo poderá ser alterado mediante a formalização de uma justificativa da contratada, desde que em acordo e com a devida aprovação do contratante;

8.1.1.2 Durante o prazo de garantia será substituída, sem ônus para o contratante, a parte ou peça defeituosa, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos.

8.1.2 Não será coberto pela garantia, produtos que foram danificados por motivo de queda, expostos a produtos químicos ou água (caso não possua o índice de proteção "IP" adequado), mau uso, vandalismo ou em caso de danos por fatores de desastres naturais;

8.2 DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DA GARANTIA/SUPORTE:

8.2.1 A garantia/assistência técnica dos produtos será on-site durante o período de vigência contratual.

8.2.2 A contratada deverá oferecer atendimento para a abertura de chamado 24 x 7 - 24 horas por dia 7 dias na semana;

8.2.3 A contratada deverá oferecer atendimento "on-site" em dias úteis e horário comercial, das 08:00h às 18:00h, no tempo máximo de 03 (três) dias úteis e solução em 05 (cinco) dias úteis, o tempo de atendimento será contado a partir da abertura do chamado e o tempo de solução será contado a partir do início do atendimento. Caso a Contratada não termine o reparo do equipamento no prazo estabelecido, e a critério do Contratante, a Contratada deverá substituí-lo no prazo de 48 (quarenta e oito) horas por outro, com características e capacidades iguais ou superiores.

8.2.4 O contratada deverá possuir, preferencialmente, Central de Atendimento tipo (0800) para abertura dos chamados ou outro meio de comunicação de disponibilidade imediata, comprometendo-se a manter registros dos mesmo constando a descrição do problema;

8.2.5 Os registros dos chamados deverão conter todas as informações relativas ao defeito apresentado pelo equipamento, sendo estas informações previamente coletadas pela contratante;

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

9.1 Os equipamentos físicos deverão ser entregues devidamente acondicionados em embalagens adequadas, que utilize preferencialmente materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

10.1 A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante termo aditivo, acréscimos que se fizerem necessários, no montante de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial do contrato.

10.2 As supressões poderão ser realizadas nos limites estabelecidos que deverão ser acordados entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 Os pagamentos serão efetuados através de depósito em conta bancária em nome da CONTRATADA, mediante atesto de funcionário do CONTRATANTE em Nota Fiscal/Fatura, após o recebimento definitivo dos produtos, nas seguintes condições para os materiais e equipamentos:

VALOR R\$	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
Até R\$ 300.000,00	15 dias
R\$ 300.000,01 a 600.000,00	30/60 dias
Acima de 600.000,01	30/60/90 dias

11.2 Para as licenças de uso, software de gestão e treinamento, o pagamento ocorrerá na forma de uma única parcela quando a implementação do software estiver concluída e homologada e o

treinamento realizado, em até 15 dias úteis após a conclusão do serviço, mediante envio da Nota Fiscal.

11.3 Para o serviço de instalação, o pagamento ocorrerá em uma única parcela em no máximo 30 dias após a conclusão do treinamento.

11.4 A Nota Fiscal deverá conter a descrição completa dos produtos entregues, bem como os seus preços unitários e totais, e deverá estar acompanhada das certidões de Regularidade Fiscal, perante a Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

11.5 Os pagamentos sofrerão as retenções de impostos, conforme legislação vigente.

11.6 Enquanto houver pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira, em virtude de penalidade, inadimplência contratual ou se o produto apresentar avarias no ato da entrega, não será efetuado nenhum pagamento à Contratada referente à parcela inadimplida.

11.7 O pagamento ficará retido até que seja sanada a pendência, substituído o produto avariado em decorrência de problemas na entrega, tais como: extravios, falhas, quebras, etc.

11.8 Se a contratada der causa ao atraso de pagamento será contado um novo prazo para sua efetuação, o qual consistirá no mesmo prazo antes concedido.

11.9 Nenhuma fatura poderá ser negociada com Instituições de Crédito.

11.10 A CONTRATADA, desde que enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), poderá ceder ou transferir, total ou parcialmente, os créditos decorrentes do presente Contrato/ARP a terceiros, mediante comunicação prévia à CONTRATANTE com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência da cessão pretendida, anexando documentos que comprovem seu enquadramento e atendam aos requisitos formais.

11.11 A cessão de créditos não exime a CONTRATADA de suas obrigações contratuais, permanecendo integralmente responsável pelo cumprimento das condições pactuadas, bem como pelas garantias eventualmente exigidas.

11.12 A cessão de crédito decorrente do presente Contrato não poderá, sob qualquer hipótese, gerar ônus, encargos adicionais ou quaisquer responsabilidades financeiras para o CONTRATANTE, incluindo, mas não se limitando a custos administrativos, despesas com tributos, retenções fiscais, taxas bancárias, encargos trabalhistas, previdenciários ou qualquer outro valor decorrente da operação de cessão.

11.13 A cessão de crédito não vincula o CONTRATANTE à relação jurídica existente entre a CONTRATADA e o CESSIONÁRIO, não podendo ser exigidas do CONTRATANTE quaisquer obrigações ou responsabilidades decorrentes de eventual inadimplemento ou litígio entre as partes envolvidas na cessão.

11.14 A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar a cessão caso a empresa cessionária não atenda aos requisitos de idoneidade jurídica e fiscal, nos termos da legislação vigente.

11.15 A cessão de crédito que não atender às disposições constantes dos itens 10.10 a 10.14 será considerada nula e sem efeito perante o CONTRATANTE, não sendo reconhecida para quaisquer fins, isentando o CONTRATANTE de qualquer responsabilidade ou obrigação de pagamento ao cessionário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 Das competências:

12.1.1 Ao gestor do contrato cumpre conhecer a documentação ao contrato e os artefatos produzidos na fase de planejamento da contratação; realizar consultas e registros em sistemas;

12.1.2 Receber solicitação do fiscal do contrato requerendo a abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades, com todos os documentos pertinentes; receber documentos relativos ao contrato, respondendo ou encaminhando à autoridade competente para as providências cabíveis; acompanhar saldo e vigência do contrato; manifestar-se sobre a regularidade da execução do contrato para fins de devolução da garantia, quando houver;

12.1.3 Realizar os procedimentos quanto aos aspectos que envolvam prorrogação, alteração, reequilíbrio econômico-financeiro, reajuste, repactuação, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros.

12.1.4 Aos fiscais do contrato cumpre conhecer a documentação relativa ao contrato e os artefatos produzidos na fase de planejamento da contratação; identificar itens do contrato ou termo de referência que acompanhará durante a prestação dos serviços; fiscalizar diretamente o cumprimento da execução ao contrato, realizando o controle e o acompanhamento de todas as ações atinentes do contrato, em conformidade com o previsto no edital, na proposta da contratada, contrato e seus aditivos;

12.1.5 Registrar as faltas cometidas pela contratada como uma ocorrência para notificar à contratada, solicitando a justificativa e o prazo para regularização, através do “Modelo de comunicado/notificação à contratada”, por escrito ou pelo

sistema;

12.1.6 Solicitar a abertura de processo administrativo para apuração das irregularidades na execução do contrato e aplicação das sanções à contratada, de acordo com as regras previstas no contrato;

12.1.7 Acompanhar e avaliar a qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e as não conformidades com os termos do contrato, considerando as justificativas apresentadas pela contratada;

12.1.8 Acompanhar a correção e a readequação das faltas cometidas pela contratada quanto à documentação e outros aspectos administrativos do contrato, utilizando as funcionalidades de ocorrências em sistemas; encaminhar documentação para o gestor do contrato objetivando a abertura de processo administrativo no que se refere às irregularidades e descumprimentos constatados para apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis;

12.1.9 Realizar pesquisa de mercado para a prorrogação da vigência da ata do contrato. Concluída a pesquisa, o fiscal a encaminhará ao gestor do contrato, para ciência e providências, e realizará a negociação objetivando a redução de preços, quando necessário, de modo a viabilizar economicamente as prorrogações do contrato;

12.1.10 Enviar ao gestor do contrato os documentos relacionados aos pedidos de reajuste, repactuação e reequilíbrio, juntando-o digitalmente ao processo de contratação em sistemas;

12.1.11 Solicitar assessoramento técnico necessário; efetuar o Termo de Recebimento Definitivo do objeto contratado, através de atesto de que os serviços prestados, os bens ou materiais fornecidos atendem aos requisitos estabelecidos no contrato; Prestar apoio, quando solicitado;

12.1.12 Após o término do contrato, manter o registro de ocorrências relativas ao contrato de acordo com o tempo de guarda do documento estabelecido em normativo e enviar uma cópia digitalizada do relatório destes registros ao setor de documentação para arquivamento.

12.1.13 Caso haja qualquer alteração quanto ao gestor e/ou quanto aos fiscais do contrato, o novo gestor e/ou o novo fiscal deverá(ão) assinar o Termo de Responsabilidade pela gestão e fiscalização do contrato. A CONTRATANTE comunicará esta alteração através de ofício para a CONTRATADA.

12.1.14 As pesquisas de mercado, atendendo à conveniência e ao interesse do SENAC-PE, poderão ser realizadas por entidades especializadas, assim também ser utilizadas pesquisas efetuadas por órgãos públicos

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. Para a aplicação das penalidades, deverão ser observadas as disposições previstas no item 6.10 e respectivos subitens da Instrução Normativa nº 001/07, que trata dos procedimentos de compras e contratações no âmbito do Senac/PE, e nos artigos 39, 40 e 41 da Resolução nº 1270/2024, que regulamenta as licitações e contratos do Senac.

13.2. A empresa vencedora que convocada, dentro do prazo estabelecido, para assinar o **contrato** e, injustificadamente, não o fizer, poderá ser aplicada, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados:

a) Perda do direito à contratação;

b) Perda da caução em dinheiro ou execução das demais garantias de propostas oferecidas, se for o caso, sem prejuízo de outras penalidades previstas no edital;

c) Suspensão do direito de licitar ou contratar com o contratante, por prazo não superior a 3 (três anos).

13.3. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

OCORRÊNCIA	PENALIDADE
a) Quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na Ata de Registro de Preços ou no contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos ao SENAC/PE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.	Advertência escrita.
b) Pela reincidência do mesmo motivo que originou a aplicação da penalidade "Advertência".	Multa de 1% (um por cento) sobre o valor da obrigação em atraso.
c) Pelo retardamento injustificado na entrega dos produtos/materiais.	Multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor da obrigação em atraso, por dia de mora, até o vigésimo dia de atraso.
d) Pelo retardamento injustificado na entrega dos produtos/materiais, a partir do vigésimo dia de atraso.	Após o vigésimo dia de atraso, essa multa será de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia de mora. Assim, do vigésimo primeiro dia de atraso

	em diante, essa multa será acrescida ao valor da multa já calculada até os vinte dias de atraso, com a aplicação do percentual estabelecido na alínea "c". Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, o SENAC/PE poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão do contrato , combinada com a pena de suspensão de licitar ou contratar com o SENAC/PE pelo prazo de 01 (um) ano.
e) Pela não substituição do produto/material entregue em qualidade inferior à aprovada pelo SENAC/PE, com defeitos ou incorreções, dentro do prazo estabelecido.	Multa de 1% (um por cento) sobre o valor da obrigação em atraso.
f) Pela reincidência por mais de 01 (uma) vez no retardamento injustificado na entrega dos produtos/materiais.	Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da obrigação em atraso. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, o SENAC/PE poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão do contrato , combinada com a pena de suspensão de licitar ou contratar com o SENAC/PE pelo prazo de 03 (três) anos.
g) No caso de inadimplemento total das obrigações.	Rescisão do contrato e suspensão do direito de licitar ou contratar com o SENAC/PE pelo prazo de 03 (três) anos.
j) No caso da ocorrência de outras falhas, que não as mencionadas acima, durante a execução do Contrato.	Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contratação.
k) Não manter as condições de habilitação durante a execução do Contrato.	Se após a notificação permanecer a irregularidade por 30 dias, poderá ser rescindido o contrato .

13.4. As penalidades acima poderão ser aplicadas cumulativamente, sem prejuízo de demais medidas judiciais cabíveis, no entanto as multas não poderão exceder a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

13.5. As multas deverão ser recolhidas dentro do prazo de 10 (dez) dias da data da intimação, não o fazendo a respectiva importância será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

13.6 Ficará impedida de licitar e contratar com o SENAC/PE, por prazo mínimo de 04 (quatro) máximo de 06 (seis) anos, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, a empresa que:

e) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

f) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, nos termos do art. 41 do Regulamento de Licitações e Contratos do Senac.

13.7 O cometimento de irregularidades na execução do contrato administrativo sujeitará o particular à aplicação de sanções administrativas, nos termos do contrato. A CONTRATADA será notificada por correspondência, através de Aviso de Recebimento, ou mediante publicação no Diário Oficial da União, a ser juntado ao respectivo processo administrativo.

13.8. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo que assegure defesa prévia do interessado, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação expressa do CONTRATANTE, e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista do processo.

13.9. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto ao SENAC/PE, decorrentes das infrações cometidas.

13.10 De comum acordo, em conciliação, desde que não haja prejuízo ao SENAC-PE ou desde que o prejuízo esteja integralmente ressarcido, o SENAC-PE poderá substituir a possível aplicação da pena de multa pela pena de advertência, em atendimento a pedido que seja expressamente veiculado pela contratada, na defesa prévia.

13.10.1A substituição de que trata o item anterior, poderá se aplicar às empresas licitantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes desta aquisição serão debitadas na conta:

C.O. 90.967 – CFTV - CONTROLE DE ACESSO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO – FINANCEIRO

15.1 É assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do Contrato tal como pactuado.

15.2 O pedido de reequilíbrio econômico deve demonstrar o fato superveniente, o nexo com o objeto e a demonstração analítica de quais itens da composição de preços foram impactados, nos termos do art. 42 da Resolução SENAC nº 1270/2024.

15.3 A extinção Contrato não configura óbice para o reconhecimento do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do, desde que requeridos tempestivamente dentro da vigência do instrumento contratual, hipóteses em que serão concedidos a título de indenização”.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO REAJUSTE

16.1 Após o decurso de 12 (doze) meses, os preços serão reajustados, mediante requerimento formal da CONTRATADA, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, acumulado do período, ou outro índice que venha a substituí-lo.

16.2 O pedido de reajuste e de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

16.3 Para efeito de reajustamento, o índice inicial será o do mês da apresentação da proposta.

16.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste concedido ou objeto de renúncia/preclusão”.

CLÁUSULA DECIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

17.1 Este contrato poderá ser rescindido por uma das partes por descumprimento ou cumprimento irregular de quaisquer das cláusulas nele contidas.

17.2 Constituem ainda causas de rescisão, em qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que a CONTRATADA tenha direito à indenização a qualquer título:

a) Não recolher qualquer multa que lhe tenha sido aplicada, dentro do prazo estipulado neste contrato;

b) Ser reincidente em infração contratual que implique na aplicação de multa;

d) Entrar em regime de concordata, falência, recuperação judicial ou extrajudicial.

17.3 Declarada a rescisão do contrato, a CONTRATADA terá direito ao recebimento das

faturas correspondentes aos serviços realizados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

18.1 Qualquer alteração no presente contrato poderá ser realizada através de correspondência entre as partes e após negociação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, resultando em termo aditivo, o qual passará a fazer parte integrante do instrumento contratual, para todos os efeitos de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA COMUNICAÇÃO / NOTIFICAÇÃO ELETRÔNICA

19.1 A comunicação entre o Senac-PE e o fornecedor / prestador de serviços, para envio de Ordens de Serviço, Pedidos de Compra, Notificações e demais comunicações em geral, poderá ocorrer no formato eletrônico ou através de sistemas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI FEDERAL Nº 13.709/2018)

20.1 Para a devida garantia da privacidade e da proteção de dados pessoais, as partes comprometem-se a observar e cumprir as disposições previstas na Lei 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), durante a execução deste Contrato e tratamento de dados pessoais decorrente deste.

20.2 As partes obrigam-se a:

20.2.1 Tratar os dados pessoais de forma adequada de forma a atender os requisitos de coleta mínima necessária estritamente para os fins a que se destinam, mantendo-os registrados, organizados, conservados e disponíveis para consulta para atendimento às solicitações do titular;

20.2.2 Realizar o compartilhamento dos dados para agentes externos apenas e somente nos casos em que o titular tenha dado o consentimento inequívoco, ou nas situações legalmente previstas que legitimem o compartilhamento;

20.2.3 Manter os dados pessoais armazenados apenas durante o período necessário à execução das finalidades contratuais ou pelo prazo necessário ao cumprimento de eventual obrigação legal, garantindo a confidencialidade e sigilo nos casos necessários, bem como manter o devido armazenamento em meios seguros, preferencialmente digitais e com rastreabilidade disponível, assim como garantir destinação final segura após o prazo estabelecido.

20.2.4 Implementar medidas técnicas e administrativas necessárias para proteger os dados contra alteração, perda, ou ainda difusão, acesso ou destruição - acidental ou intencionalmente – não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito;

20.2.5 Informar de forma célere caso haja algum risco grave relacionado a incidente de segurança concreto envolvendo dados pessoais, devendo prestar toda a colaboração necessária a qualquer investigação que venha a ser realizada;

20.2.6 Garantir o exercício, pelos titulares dos dados, dos respectivos direitos previstos no artigo 18 da LGPD;

20.2.7 Assegurar que todos os responsáveis que tenham acesso aos dados pessoais no contexto da execução do contrato cumpram as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares ou com respaldo legal para tanto;

20.2.8 Possibilitar que os colaboradores recebam treinamento adequado e/ou participem de eventos de conscientização voltados para a proteção de dados pessoais e privacidade, bem como as referidas atualizações, garantindo assim a aderência às Boas Práticas e da Governança, em atenção ao disposto nos artigos 50 e 51 da Lei Geral de Proteção de Dados.

20.3 Responsabilizar-se-á a parte que der causa a eventuais violações de dados pessoais nos termos da legislação vigente, ressalvado o direito de regresso estabelecido em lei e consideradas as circunstâncias do caso e medidas de segurança adotadas pela responsável.

20.4 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, solicitar insumos para fiscalizar a atuação da CONTRATADA perante a Lei nº 13.709/2018. Desde logo fica o CONTRATANTE autorizada a promover essa fiscalização e, caso encontre irregularidades, poderá tomar as medidas cabíveis de notificação e penalização, nos termos contratuais vigentes.

20.5 A subcontratação deverá ocorrer nos termos deste contrato e com atenção aos dados pessoais compartilhados, sendo que a CONTRATADA deve fiscalizar a SUBCONTRATADA no sentido de garantir o cumprimento e a observância da Lei nº 13.709/2018 nos tratamentos de dados pessoais que regem este contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA VALIDADE E VERACIDADE DO DOCUMENTO

21.1 As PARTES reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste INSTRUMENTO CONTRATUAL, nos termos do art. 219 do Código Civil, em formato eletrônico e/ou assinado pelas Partes por meio de certificados eletrônicos, ainda que sejam certificados eletrônicos não emitidos pela ICP-Brasil, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.220-2, de 24 de agosto de 2001 (“MP nº 2.220- 2”), como, por exemplo, por meio do upload e existência deste INSTRUMENTO, bem como a aposição das respectivas assinaturas eletrônicas neste INSTRUMENTO, na plataforma de Certificação CertSign (<https://www.portaldeassinaturas.com.br>).

21.2 Adicionalmente, as PARTES expressamente anuem, autorizam, aceitam e reconhecem como válida qualquer forma de comprovação de autoria das PARTES signatárias deste INSTRUMENTO por meio de suas respectivas assinaturas neste INSTRUMENTO por meio de certificados eletrônicos, ainda que sejam certificados eletrônicos não emitidos pela ICP-Brasil, nos termos do art. 10, § 2º, da MP nº 2.220-2, como, por exemplo, por meio da aposição das respectivas assinaturas eletrônicas neste INSTRUMENTO na plataforma de CertSign (<https://www.portaldeassinaturas.com.br>), sendo certo que quaisquer de tais certificados será suficiente para a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste INSTRUMENTO, bem como a respectiva vinculação das PARTES aos seus termos.

21.3 Por fim, nos termos do art. 220 do Código Civil, as Partes expressamente anuem e autorizam que, eventualmente, as assinaturas das PARTES não precisam necessariamente ser apostas na mesma página de assinaturas deste INSTRUMENTO.

21.3.1 Caso seja necessária a substituição da página de assinaturas, esta poderá ser assinada manualmente e escaneada em formato eletrônico, e será tão válida e produzirá os mesmos efeitos que a assinatura original de cada parte aposta neste instrumento.

21.4 As partes declaram que os e-mails de seus respectivos representantes legais e, constantes deste instrumento, tanto no que concerne ao envio, quanto no que diz respeito ao recebimento de correspondências eletrônicas, são de responsabilidade de seus titulares, vinculando-os para todos os fins de direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO CÓDIGO ÉTICA

22.1 A CONTRATADA declara ter ciência e se compromete a cumprir os princípios e regras contidos no Código de Ética e Conduta de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Conveniados do Senac/PE, disponível no sítio eletrônico do contratante: <https://www.pe.senac.br/governanca-e-integridade/>.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO

23.1 Fica eleito o foro da Comarca da Capital, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, como competente para apreciar todas as questões decorrentes do presente contrato, o que concordam as partes.

E, por assim estarem justos e acordados, firmou-se o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor, assinados pelas partes e pelas testemunhas que a tudo estiveram presentes e conhecem os seus termos.

Recife,

Assinatura pelo Senac Contratada



Documento assinado eletronicamente por **HERTA FERRO SCHERZER, Administrativo**, em 04/05/2026, às 14:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://seisenac.df.senac.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0499227** e o código CRC **DF99C45E**.

2025.000000278-25_SN/PE

0499227v7

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Departamento Regional de Pernambuco
Avenida Visconde de Suassuna, 500
, Recife-PE * CEP 50050540
www.pe.senac.br